

2013/04/11

A NATO no Afeganistão. Pela primeira vez uma organização internacional dirige uma luta contra-subversiva¹

José Augusto do Vale Faria²

«Os piores tempos da História Europeia situaram-se no séc. XIV, durante e depois da Guerra dos Cem Anos, no séc. XVII, no tempo da Guerra dos Trinta Anos, e na primeira metade do séc. XX. O séc. XXI pode vir a ser pior que qualquer destas épocas. (...) O novo século arrisca-se a ser dominado



tanto pela anarquia como pela tecnologia. Os dois grandes destruidores da História podem reforçar-se mutuamente. E existe material em abundância, herdado dos séculos anteriores, sob a forma de fanatismos nacionalistas, ideológicos e religiosos para fornecer motivos para a destruição. (...) No passado, para ter a possibilidade de causar danos, um movimento ideológico tinha de ser suficientemente amplo para recrutar apoio suficiente que lhe permitisse ganhar autoridade. Contudo, daqui em diante, grupos comparativamente pequenos têm a capacidade de provocar o tipo de danos que dantes só os exércitos dos estados ou importantes movimentos revolucionários poderiam conseguir. Meia dúzia de fanáticos com uma «bomba suja» ou armamento de destruição massiva podem causar mortes numa escala não prevista».³

Robert Cooper

1. Introdução

O presente trabalho pretende analisar a situação estratégica induzida na região do Afeganistão e a forma como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), através da Força Internacional de Assistência à Segurança (*International Security Assistance Force*, daqui em diante ISAF), lidera e conduz uma campanha contra-subversiva, iniciada em 2003, como uma operação de estabilização e, que Michael Hayden, o director da CIA em 2008, considerou de enorme preocupação, dizendo que "as áreas tribais constituíam um perigo claro e presente para o Afeganistão, o Paquistão e o Ocidente", sendo o Waziristão, em particular, a nova frente no combate ao terrorismo.⁴

¹ Este artigo não foi elaborado segundo as regras do novo Acordo Ortográfico.

² Tenente-Coronel de Infantaria da Guarda Nacional Republicana. Licenciado em História pela Universidade Aberta e Mestre em Relações Internacionais pela Universidade do Minho.

³ COOPER, Robert, *Ordem e Caos no século XXI*, Lisboa, Editorial Presença, 2006, pp. 9-11.

⁴ LAMB, Christina, "A Warning on Terror from Frontier Frank", *The Sunday Times*, 21 de Setembro de 2008, (em <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/asia/article4793398.ece>).

Ao longo da exposição, procura-se reflectir sobre a criação e a génese da NATO, assim como perceber a evolução do seu Conceito Estratégico, desde a fundação em 1949 até à actualidade, assim como a nova arquitectura conceptual da organização, os seus objectivos e principalmente, os novos desafios e ameaças que o novo conceito estratégico aponta.

O âmagos do trabalho visa analisar e escrutinar a intervenção militar da ISAF/NATO no Afeganistão e perceber de que forma, esta organização internacional, lidera uma campanha contra-subversiva, num teatro de operações marcado por uma sociedade complexa, de matriz tribal, tradicional e islâmica, bem como tentar vislumbrar as potencialidades e as vulnerabilidades da ISAF/NATO no cumprimento da sua missão.

Por fim analisamos sumariamente o *modus operandi* dos taliban e a sua provável linha evolutiva, fazendo uma analogia com o que ocorreu no teatro de operações iraquiano que alguns autores designaram como "universidade do terrorismo".

2. A Génese da NATO e o seu Conceito Estratégico

Com o culminar das operações da II Guerra Mundial em solo europeu, as potências vencedoras começaram a planear o futuro da Europa e uma Nova Ordem Internacional na Conferência de Ialta, na Crimeia. Nesta Conferência, que também analisou o futuro da Alemanha, participaram os três grandes líderes vencedores - Roosevelt, Churchill e Estaline e desde logo se constatou as divergências entre os então aliados.

Pouco tempo depois e com a capitulação da Alemanha, iniciou-se a divisão do mundo em dois blocos e assim nascia uma nova conjuntura estratégica no sistema internacional, marcada pelo bipolarismo e pela confrontação latente num acentuado clima de desconfiança e tensões crescentes.

Entre 1945 a 1949, confrontados com a necessidade premente de reconstrução económica, os países da Europa Ocidental e os seus aliados norte-americanos preocuparam-se com as políticas expansionistas e os métodos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (daqui em diante URSS). Neste sentido e considerando que a liderança da URSS não desmobilizou o seu Exército, a instauração das democracias populares no leste europeu sob domínio soviético, assim como, a ideologia e os objectivos do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), disseminavam algum receio pelas chancelarias europeias e tornava evidente que apelar ao respeito pela Carta das Nações Unidas e o respeito pelos acordos internacionais assinados no final da Segunda Guerra Mundial, não garantiria a soberania nacional ou a independência dos estados democráticos, os quais enfrentam a ameaça de uma agressão externa ou a subversão interna.⁵

Entre 1947 e 1949, ocorreram uma série de dramáticos acontecimentos políticos na Europa que incluíram ameaças directas à soberania da Noruega, Grécia, Turquia e outros países da Europa Ocidental, destacando-se o golpe de Junho 1948 na Checoslováquia, e o bloqueio de Berlim, que começou em Abril do mesmo ano. Perante este cenário, cinco países da Europa Ocidental (Bélgica, França, Luxemburgo, Países Baixos e Reino Unido), assinaram em Março de 1948, o Tratado de Bruxelas que assinalou a determinação destes Estados desenvolverem um sistema de defesa comum, reforçando os laços entre eles para lhes permitir resistir a ameaças ideológicas, políticas e militares à sua segurança.⁶

O Tratado de Bruxelas representou o primeiro passo na reconstrução da segurança da Europa Ocidental do pós-guerra e deu origem à União da Europa Ocidental (UEO). Foi também o primeiro passo no processo conducente à assinatura do Tratado do Atlântico Norte em 1949 e à criação da Aliança do Atlântico Norte.⁷

⁵ NATO PUBLIC DIPLOMACY DIVISION, "Nato Handbook", Bruxelas, 2006 (em <http://www.nato.int/docu/handbook/2006/hb-en-2006.pdf>), p. 16.

⁶ *Id.*, p. 17.

⁷ *Ibid.*

Negociações posteriores com os Estados Unidos da América (EUA) e o Canadá originaram a criação de uma única Aliança do Atlântico Norte baseada em garantias mútuas de segurança e compromissos entre a Europa e a América do Norte. A Dinamarca, Islândia, Itália, Noruega e Portugal foram também convidados a integrarem este processo, cujas negociações culminaram em Abril de 1949, com a assinatura do Tratado de Washington.⁸

Este tratado introduziu um sistema de segurança comum baseado numa parceria entre estes 12 países. Em 1952, a Grécia e a Turquia aderiram ao tratado. A República Federal da Alemanha aderiu em 1955 e, em 1982, a Espanha também se tornou membro da aliança atlântica. Após a derrocada do muro de Berlim em 1989, a Alemanha reunifica-se em 1990 e, a República Checa, a Hungria e a Polónia aderiram à OTAN em 1999. Em 2003 mais sete países (Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia) foram convidados a iniciar negociações de adesão e formalmente aderiram ao Tratado em Março de 2004.⁹

A Aliança do Atlântico Norte foi fundada com base num tratado entre os Estados-membros que aderiram livremente, o qual consagrava os direitos individuais, bem como as suas obrigações internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.

Através deste tratado, os aliados comprometem-se a compartilhar os riscos e as inerentes responsabilidades de segurança colectiva, assim como se comprometem a não entrar em quaisquer outros compromissos internacionais que possam ser incompatíveis com o Tratado.¹⁰

Desde a criação da NATO há 61 anos, o seu objectivo principal tem sido garantir a defesa imediata e a segurança dos seus Estados-membros, premissa que, actualmente, ainda continua a ser a sua tarefa principal, mas o seu foco principal tem sido objecto de mudanças fundamentais para permitir que a Aliança possa enfrentar as novas ameaças e responder aos novos desafios que se lhe deparam.¹¹

3. Evolução do conceito desde a fundação até à actualidade

O objectivo essencial e permanente da NATO, estabelecido no Tratado de Washington, é a salvaguarda da liberdade e da segurança de todos os seus membros, por meios políticos e militares.

Com base em valores comuns de democracia, direitos humanos e do Estado de direito, a Aliança tem lutado desde o início para garantir uma duradoura ordem pacífica na Europa. No entanto, a concretização deste objectivo pode ser comprometida por crises e conflitos fora da área euro-atlântica. Nesta perspectiva, a aliança, não só assegura a defesa dos seus membros, mas contribui para a paz e a estabilidade para além do espaço geográfico definido pelo Tratado do Atlântico Norte, através de parcerias e operações de gestão de crise.¹²

O princípio orientador de funcionamento da Aliança é o compromisso comum e de cooperação mútua entre estados soberanos, em apoio da indivisibilidade de segurança para todos os seus membros. A solidariedade e a coesão no seio da Aliança são garantidas permanentemente, através da cooperação nas esferas política e militar, assim como garante que nenhum país membro é obrigado a garantir a sua segurança e defesa, recorrendo apenas aos seus recursos e esforços nacionais. Sem privar que qualquer país membro tem o direito e o dever de assumir as suas responsabilidades soberanas, no domínio da sua segurança e defesa, a Aliança permite-lhes, através de esforços colectivos garantir e assegurar os seus objectivos essenciais de segurança nacional.¹³

⁸ *Ibid.*

⁹ *Ibid.*

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ *Ibid.*

¹² *Id.*, p.18.

¹³ *Ibid.*

As tarefas fundamentais de segurança da NATO, estão descritos no Conceito Estratégico da Aliança, onde são elencados os objectivos da Aliança e fornece as linhas orientadoras sobre a utilização dos meios políticos e militares para serem alcançados. Constitui a base para a implementação da política da Aliança como um todo. No entanto, a alteração das ameaças e das percepções da ameaça resultaram num processo contínuo de adaptação da estratégia para assegurar que o quadro de estruturas políticas, militares e as capacidades militares necessárias para lidar com os desafios de segurança modernos estão asseguradas.¹⁴

O primeiro conceito estratégico da OTAN foi adoptado em 1952, época em que os objectivos e as ideias sobre as actividades a desenvolver pela Aliança Atlântica eram muito claros e este conceito foi de tal forma sólido que vigorou até 1991, devido principalmente, à situação estratégica internacional ser também mais clara, estável e, em certa medida, mais simples.¹⁵

Em 1991, foi adoptado um novo conceito estratégico, na sequência da queda do muro de Berlim e o desmoronamento da URSS. Esta alteração profunda do sistema internacional gerou a necessidade de se encontrar um novo consenso, que teve expressão nesse mesmo conceito e ajustava algumas das suas componentes essenciais, como a definição de inimigo, de ameaça, mas persistindo a ideia de continuação da acção da Aliança.¹⁶

Este conceito estratégico de 1991 difere dramaticamente de documentos anteriores, tanto em conteúdo e forma. É mantida a segurança dos seus membros como objectivo fundamental da OTAN, mas combinada com a obrigação específica de garantir e expandir a segurança pela Europa como um todo, através de parcerias e cooperação com os antigos adversários. Além disso, foi emitido como um documento público, aberto a discussões e comentários pelos parlamentos, especialistas de segurança, jornalistas e público em geral.¹⁷

Em 1999, foi novamente necessário criar um novo conceito, em consequência da desagregação da Jugoslávia e subsequentes acontecimentos na Bósnia e no Kosovo, que demonstraram a necessidade da assumpção pela NATO de processos de estabilização. A intervenção militar da aliança nos Balcãs para trazer estabilidade e paz à região acabou por gerar um novo consenso e um novo conceito estratégico.¹⁸

Este conceito comprometeu os Aliados não só com a defesa comum, mas também com a paz e a estabilidade em toda a região euro-atlântica, integrando os seguintes elementos políticos:¹⁹

- Abordagem ampla da segurança, envolvendo factores políticos, sociais, económicos e ambientais, bem como a defesa da Aliança;
- Forte compromisso com as relações transatlânticas;
- Manutenção das capacidades militares da Aliança para assegurar a eficácia das operações militares;
- Desenvolvimento das capacidades europeias no âmbito da Aliança;
- Manutenção da prevenção de conflitos e adequada gestão de crises, estruturas e procedimentos;
- Parcerias eficazes com países não membros da OTAN, baseadas na cooperação e diálogo;
- Alargamento da Aliança e de uma política de abertura para novos membros potenciais;
- Prosseguir os esforços no controlo de armamento, desarmamento e acordos de não-proliferação.

¹⁴ *Ibid.*

¹⁵ CALHA, Júlio Miranda, "A Aliança Atlântica, a Comunidade Internacional e o Novo Conceito Estratégico da NATO, *Nação e Defesa*, 4ª série, nº 123, Verão 2009, p. 89.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ NATO PUBLIC DIPLOMACY DIVISION, *op. cit.*, p. 19.

¹⁸ CALHA, Júlio Miranda, *op. cit.*.

¹⁹ NATO PUBLIC DIPLOMACY DIVISION, *op. cit.*.

Esta definição mais ampla de segurança multisectorial reconhece a importância da política, de factores económicos, sociais e ambientais, além da dimensão de defesa. A parceria e a cooperação com outros países, e organizações regionais e internacionais, como as Nações Unidas, assim como a parceria estratégica que se desenvolveu entre a NATO e a União Europeia, materializada pelo Acordo *Berlim-Plus*, contribuem para o estabelecimento de reforços mútuos e relações complementares para a prevenção de conflitos e a gestão mais eficaz de crises.²⁰

A NATO, foi na última década do século passado, a grande referência e a instituição modelo da transição para a democracia dos Estados do antigo Pacto de Varsóvia e de alguns da ex-URSS, que pediram para aderir. A NATO deu credibilidade à política de defesa própria destes Estados e afastou o fantasma de uma intervenção externa, fosse qual fosse a sua origem; serviu simultaneamente de referência interna, ao incentivar a sociedade a evoluir para uma democracia plena, em particular no que diz respeito ao controlo democrático das Forças Armadas; apoiou ainda a transição do modelo de Forças Armadas, afastando-o da visão típica do Pacto de Varsóvia para uma estrutura mais moderna e menor que, em quase todos os casos, acabou por ser a de uma força voluntária e profissional.²¹

A Aliança Atlântica adquiriu ainda várias outras funções com o fim da Guerra Fria. Em primeiro lugar e talvez o mais importante de tudo, adaptou-se à transição do paradigma de defesa. A defesa deixou de ser entendida como a mera preservação de um território, pessoas e bens, como uma actividade quase só militar, essencialmente passiva e reactiva, fundamentalmente dissuasora e exercida num território claramente delimitado. A evolução do mundo obrigou a desenvolver rapidamente uma outra noção de defesa, que passou a estar enquadrada num quadro de segurança humana, como a preservação de um sistema de valores e de uma forma de vida, abarcando todo o tipo de actividades, como uma responsabilidade da sociedade como um todo, activa e sem território claramente delimitado.²²

A NATO materializou esta mudança através de um amplo conjunto de documentos que reviram e actualizaram o seu conceito estratégico e as doutrinas inerentes à organização. Um dos mais importantes é o conceito estratégico aprovado em 1991, onde se afirma que a organização existe "*Based on common values of democracy, human rights and the rule of law (...)*" (artigo 15.º) e responde a ameaças "*(...) multi-faceted in nature and multi-directional, which makes them hard to predict and asses.*" (artigo 8.º), o que significa que elas podiam provir, não de um ataque directo aos estados membros, "*(...) but rather from the adverse consequences of instabilities that may arise from the serious economic, social and political difficulties (...)*" (artigo 9.º).²³

Era um passo essencial que deu à NATO uma base teórica para justificar a intervenção na ex-Jugoslávia e a resposta positiva aos EUA, quando estes invocaram pela primeira vez o artigo 5º, no seguimento dos ataques do 11 de Setembro. Mais importante ainda, esta revisão do conceito estratégico implicava a articulação da acção da OTAN com outras organizações multilaterais na área da segurança e defesa presentes na Europa, o que era oficialmente consagrado ao dizer-se que "*other European institutions such as the EC, WEU and CSCE also have roles to play*" (artigo 21.º).²⁴

As tarefas específicas da Aliança também são descritas no conceito Estratégico e são as seguintes:

- Fornecer uma das bases indispensáveis para a estabilidade do ambiente de segurança na região euro-atlântica, baseado no crescimento das instituições democráticas e o compromisso com a solução pacífica dos

²⁰ *Ibid.*

²¹ TELO, António José, "Editorial", *Nação e Defesa*, 4ª série, nº 123, Verão 2009, p. 7.

²² *Ibid.*

²³ *Ibid.*

²⁴ *Ibid.*

conflitos, em que nenhum país seja capaz de intimidar ou coagir qualquer outro através da ameaça ou uso da força;

- Servir, tal como previsto no artigo 4º do Tratado de Washington, como um fórum transatlântico essencial para consultas dos Aliados sobre quaisquer questões que afectem os seus interesses vitais, incluindo possíveis desenvolvimentos que coloquem riscos para a segurança dos membros e para a coordenação adequada dos seus esforços em domínios de interesse comum;
- Dissuadir e defender, contra qualquer ameaça de agressão contra qualquer estado membro da OTAN, tal como previsto nos artigos 5º e 6º do Tratado de Washington;

E para reforçar a segurança e a estabilidade da região euro-atlântica:

- Estar em prontidão, caso a caso e por consenso, em conformidade com o artigo 7.º do Tratado de Washington, para contribuir para a prevenção do conflito e participar activamente na gestão de crises, incluindo as operações de resposta a crises;
- Promover uma ampla parceria de cooperação e diálogo com outros países da área euro-atlântica, com o objectivo de aumentar a transparência, a confiança mútua e a capacidade de acção conjunta com a Aliança.²⁵

Na sequência dos atentados de 11 de Setembro de 2001 nos EUA, a prioridade tem sido dada a aspectos tais como, melhorar a partilha das informações relativas à ameaça do terrorismo, o reforço da cooperação e parceria com outros países fora da Aliança e outras organizações, com o objectivo principal de enfrentar a ameaça do terrorismo, reforçando o papel do Centro de Armas de Destruição Massiva (ADM) da Aliança no contributo para uma melhor preparação dos militares que enfrentam as ameaças colocadas pelas ADM, e a capacidade em operar neste ambiente operacional, adaptando as estruturas de forças, e a melhoria das capacidades militares noutras áreas relevantes.²⁶

Volvidos 10 anos sobre a adopção do último conceito e dos acontecimentos, que lhe deram origem, há cada vez mais actores da cena internacional empenhados, na definição de um novo conceito estratégico que acompanhe e dê resposta aos desafios entretanto surgidos. Recordemos que nestes 10 anos tiveram lugar os ataques terroristas, em 2001, nas cidades de Nova Iorque e Washington; em 11 de Março de 2004, em Madrid e 07 de Julho de 2005, em Londres, entre outros trágicos acontecimentos.²⁷

Com a intervenção no Afeganistão, foi invocado pela primeira vez o artigo 5.º, e depois surgiu a intervenção no Iraque e as divisões entre os países da Europa (a nova e a velha Europa), embora a aliança não tenha tido aí um papel significativo, contribuindo apenas com algumas unidades de formação e treino. Por outro lado, o conflito na Geórgia veio chamar a atenção para a problemática das fronteiras, assunto que também fazia parte das preocupações da própria OTAN, quando na Cimeira de Bucareste se avançou com a ideia do alargamento a países como a Geórgia e a Ucrânia, factos que vieram demonstrar a necessidade de um novo consenso que, extrapolado para o conceito estratégico, será um elemento preponderante para a evolução da Aliança Atlântica.²⁸

A esta ideia de alargamento da OTAN é por vezes associada a noção de “polícia do mundo”, que não corresponde à realidade, pois na prática, apenas se trata de levar segurança e estabilidade a diversos pontos do mundo com o objectivo de promover o seu desenvolvimento e, contrariamente à ideia defendida por alguns de que já não existe razão de ser para esta organização, a realidade

²⁵ *Id.*, p. 20.

²⁶ *Ibid.*

²⁷ CALHA, Júlio Miranda, *op. cit.*, p. 90.

²⁸ *Ibid.*

veio demonstrar a sua necessidade e utilidade, porquanto, nunca se desenvolveram tanto as operações e as missões, sendo até neste período que pela primeira vez, a Aliança Atlântica lidera uma grande operação contra-subversiva, *out-of-area*, no Afeganistão.²⁹

Recentemente surgiu uma nova situação, porventura a mais interessante nesta matéria, que foi a decisão da França regressar à estrutura militar da Aliança Atlântica, e que também é relevante para a evolução da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD).³⁰

Este acontecimento teve lugar na Cimeira da celebração dos sessenta anos da OTAN, realizada a 3 e 4 de Abril de 2009, em Estrasburgo/Kehl.³¹

Com esta decisão estratégica, a França aceitou a centralidade transatlântica e procura dar o seu contributo **Com** a Aliança e **Dentro** da Aliança.³²

Neste sentido os franceses querem ter um papel activo e influente, porque ao participarem na estrutura de comando podem participar no processo de decisão, na definição de objectivos e dos meios militares para as operações. Com o Presidente Sarkozy, a França passa assim a ter lugar no *Defence Planning Committee* e no processo de planeamento de forças. No entanto, à semelhança dos Britânicos, mantêm para si a *Force de Frappe*, pois, preconizam que pode haver diálogo sobre a dissuasão, sobre o desarmamento, mas a decisão nuclear não se partilha.³³

Nesta perspectiva, a França pretende:³⁴

- Uma Aliança adaptada às novas ameaças;
- Uma Aliança mais eficaz e reactiva;
- O assegurar da Defesa Colectiva, bem como, ao abrigo da Carta das Nações Unidas, assegurar as missões que são conduzidas no mundo em nome da segurança e da paz;
- O reforço da parceria estratégica com a UE;
- A reconstrução de uma relação de parceria com a Rússia.

Para rematar esta secção, salientamos que ao longo dos 61 anos de existência da NATO, esta organização propiciou um grande equilíbrio e um longo período de paz na Europa, apenas quebrado pelos acontecimentos ocorridos na Europa central. Contudo foi a Aliança Atlântica que tomou a iniciativa para a resolução do problema, tendo desta forma, contribuído decisivamente, para uma nova arquitectura política europeia de segurança e defesa comum, assim como garantiu a estabilidade e a segurança na região, continuando esta organização, de facto, a desenvolver um importante papel, em termos internacionais e europeus, não só no que se refere às questões da paz e da segurança, mas também à promoção da democracia e dos seus valores.³⁵

4. O Novo Conceito Estratégico da OTAN e as Novas Ameaças

A Aliança Atlântica é uma referência de estabilidade que se vem afirmando ao longo dos anos como um elemento fundamental na defesa dos valores da democracia e da paz. Quanto à função da OTAN como elemento fundamental para a estabilidade e a segurança internacionais, devemos ter presente que actualmente

²⁹ *Id.*, p. 91.

³⁰ *Ibid.*

³¹ GARCIA, Francisco Proença Garcia, "A NATO após a Cimeira do 60º aniversário", *Revista Militar*, n.º 2491/2492, Agosto-Setembro de 2009, (em <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=496>).

³² TEIXEIRA, Nuno Severiano, "Portugal e a Aliança Atlântica – Conferência de Encerramento", *Nação e Defesa*, 4ª série, n.º 123, Verão 2009, p. 122.

³³ *Ibid.*

³⁴ *Ibid.*

³⁵ *Id.*, p. 93.

as ameaças são completamente diferentes das que se lhe opunham há duas décadas, o que necessariamente obriga a uma profunda reflexão. Passámos de uma aliança de defesa para uma aliança de segurança.

Este é um ponto essencial, pois cada vez mais na actualidade pensamos em segurança. Como refere Miranda Calha, pela ligação de Portugal ao Mediterrâneo e a África, não nos interessa que se iniciem caminhos apenas no sentido das regiões asiáticas, chegando até à Austrália, sendo necessário reflectir no que está mais próximo da Europa - a bacia do Mediterrâneo e o Atlântico sul, onde se localiza África, continente que deve merecer as nossas preocupações, e o Brasil. Estes são pontos essenciais nas questões relacionadas com a segurança, que é um *leit motif* da Aliança Atlântica.³⁶

A OTAN tem muitos desafios pela frente. Para além das questões já referidas, neste momento é premente a componente económica e os constrangimentos orçamentais da grande maioria dos Estados-membros, porquanto a crise internacional actual não pode deixar de se repercutir nas preocupações de segurança. Por outro, há ainda outras questões, como a dos Estados falhados, os fanatismos diversos, as rotas do narcotráfico e a lavagem de dinheiro, que percorrem o mundo. Perante tal cenário e ameaças, a preservação das relações transatlânticas que são, no fundo, o esteio essencial da Aliança Atlântica, constitui uma base importante para a continuação de uma organização que seja sempre norteada pelos valores da liberdade e da democracia e com uma ligação constante com as Nações Unidas, para que possa continuar o seu trabalho em prol da estabilidade e da segurança no mundo.³⁷

Em 17 de Maio de 2010, foi apresentado em Bruxelas, no Quartel-General da Aliança, em reunião do Concelho do Atlântico Norte, ao nível de Representantes Permanentes, um relatório do grupo liderado por Madeleine Albright para apresentar recomendações sobre a próxima revisão do Conceito Estratégico da OTAN, ficando conhecido por "Relatório Albright".³⁸

Este documento em traços gerais perspectiva que a OTAN não deve ser uma organização global; tem que limitar-se a um âmbito regional e ter em conta que não está preparada para todos os tipos de tarefas; não deve, portanto, tentar assumir missões de que outras organizações, governos ou instituições não governamentais se possam ocupar com sucesso, nomeadamente nas áreas da reconstrução económica, reconciliação política, melhoria da governação, etc. Pode, no entanto, desempenhar o papel de principal organizador de esforços colectivos de colaboração para o tipo de situações atrás referidas, fornecer assistência especializada ou desempenhar outro papel complementar, não tendo necessariamente que liderar. A sua autoridade e recursos são limitados; o emprego destes tem que ficar sujeito a prioridades e critérios a definir no próximo conceito estratégico.³⁹

Outro assunto importante abordado neste relatório é a questão de uma possível reinterpretação do artigo 5.º do Tratado do Atlântico Norte (ataque armado contra o território de um membro da Aliança) em função das dúvidas entretanto levantadas sobre a sua aplicabilidade em casos de ameaças não convencionais, tais como um ataque cibernético ou preparativos para um ataque terrorista.

O grupo sugere que a avaliação da sua eventual equivalência a um ataque armado seja feita caso a caso e decidida pelo Concelho do Atlântico Norte em função da natureza, origem, âmbito e outros aspectos do desafio em questão. Neste sentido, trata-se de passar a admitir que, no actual contexto de segurança, uma agressão ou atentado contra a soberania e integridade territorial de um Estado-membro pode revestir-se de formas diferentes das de um ataque armado clássico. Aliás, foi nesta base que a OTAN concordou em invocar o artigo 5.º, na

³⁶ *Id.*, p. 92.

³⁷ *Id.*, p. 93-94.

³⁸ RODRIGUES, Alexandre Reis, "O Relatório Albright", *Jornal Defesa e Relações Internacionais*, 18 de Maio de 2010, (em http://www.jornaldefesa.com.pt/noticias_v.asp?id=792).

³⁹ *Ibid.*

sequência do 11 de Setembro. Obviamente, esta interpretação terá que ficar expressa no novo conceito estratégico, mesmo sob o entendimento flexível que o grupo propõe.⁴⁰

Ainda relativamente ao artigo 5º, o documento insiste em fazê-lo reassumir a importância central que teve durante a Guerra Fria, no contexto da defesa colectiva. Vai ser necessário, no entanto, estender este debate ao próprio conceito de defesa colectiva, nomeadamente sob a perspectiva adiantada pelo anterior secretário-geral da OTAN quando em Julho de 2009, afirmou «que tanto pode ser aplicado dentro como fora do território OTAN». Esta questão, que alguns designam como a “desterritorialização do artigo 5º” terá necessariamente que ser debatida e contemplada no novo conceito estratégico.⁴¹

Carlos Gaspar e Teresa de Sousa, consideram que a discussão do novo Conceito Estratégico, constitui uma oportunidade para a organização responder às mudanças internacionais e aos dilemas da aliança, se puder equacionar oito pontos fundamentais:⁴²

1. A OTAN é uma aliança militar que garante a defesa colectiva dos seus membros e nos termos do art.º 5 do Tratado de Washington, os aliados consideram uma agressão contra um como uma agressão contra todos. Essa garantia da segurança e da independência política das democracias ocidentais assenta, sobretudo, na credibilidade da dissuasão nuclear norte-americana. As armas nucleares da Grã-Bretanha estão, no seu conjunto, ao serviço da aliança e, por certo, com o regresso da França, a *Force de Frappe* vai subordinar-se à mesma regra;
2. É uma aliança regional com responsabilidades globais. A razão de ser da aliança não se alterou, mas a sua missão mudou com o fim da URSS. No pós-Guerra Fria, os inimigos da comunidade ocidental passaram a ser os perturbadores do *status quo* e a coligação dos vencedores tornou-se o garante da estabilidade internacional. O centro estratégico da OTAN é o espaço euro-atlântico e a aliança ocidental está no centro do sistema internacional. A permanência do vínculo estratégico entre os EUA e os aliados exige que a Aliança Atlântica, sem por isso se tornar numa “OTAN Global”, assuma responsabilidades internacionais;
3. A OTAN tem de responder não só às ameaças convencionais, mas também a novas ameaças. O terrorismo, as tiranias e as tecnologias de produção de armas de destruição maciça são ameaças permanentes, que podem ter origem nos Estados ou em entidades não-estatais. A penetração hostil do espaço cibernético ou do espaço extra-atmosférico pode ser feita a partir de qualquer parte do mundo. A segurança energética tende a ser cada vez mais importante;
4. A UE é o principal parceiro estratégico da Aliança Atlântica. Nos termos do Tratado de Lisboa, a UE está preparada para assumir novas responsabilidades de segurança. A OTAN e a UE são os dois pilares da comunidade das democracias ocidentais, mas ainda não conseguiram definir um quadro de articulação das suas estratégias. A UE reconhece a OTAN como o garante da defesa colectiva e da sua própria integridade territorial, mas deve poder ter uma intervenção forte na segurança regional e demonstrar a sua capacidade para realizar missões militares nas crises onde a OTAN não deva intervir. A UE tem de recusar uma “divisão do trabalho” entre o “hard power” da aliança e o “soft power” da União, que confirma a percepção norte-americana sobre a “desmilitarização” da Europa;

⁴⁰ *Ibid.*

⁴¹ *Ibid.*

⁴² Carlos Gaspar e Teresa de Sousa, “Uma Oportunidade para a Mudança na NATO”, *Público*, 31 de Março de 2010, p. 33.

5. A OTAN não reconhece limites geográficos à sua intervenção estratégica. A ressurgência da pirataria e a segurança energética impõem uma presença naval aliada no Índico, no Mediterrâneo e no Ártico. Essa presença pode alargar-se ao Atlântico Sul, cujos corredores marítimos são cruciais para a estabilidade política e económica internacional e onde existem reservas energéticas importantes;
6. As potências democráticas são aliadas naturais. A extensão dos domínios de intervenção torna indispensável definir uma relação institucional com as democracias que não pertencem ao espaço euro-atlântico. O Japão, a Austrália ou a Coreia do Sul participam na ISAF ao lado da OTAN. As novas potências emergentes, como a Índia e o Brasil, reconhecem a necessidade de assumir responsabilidades de segurança contra as ameaças comuns. A OTAN precisa de institucionalizar uma relação especial com esses parceiros democráticos. Mas deve evitar ser vista como uma “aliança das democracias” contra o resto;
7. A Rússia deixou de ser o inimigo da Aliança Atlântica e é um parceiro estratégico da OTAN. A institucionalização do Conselho OTAN-Rússia sublinha a importância da cooperação na luta contra o terrorismo pan-islâmico e a proliferação das armas de destruição massiva;
8. A OTAN é a aliança das democracias europeias e ocidentais. Nos termos do art.º 10º do Tratado de Washington, as suas portas estão abertas a todas as democracias liberais europeias, incluindo a Rússia e a Ucrânia, desde que possam cumprir as condições de acesso. Os alargamentos futuros devem respeitar uma cláusula democrática adicional, que recusa as candidaturas dos Estados onde não exista um apoio maioritário da comunidade política à adesão à Aliança Atlântica.

Em jeito de epílogo desta secção e quanto ao desfecho do conflito na região do Afeganistão-Paquistão e as suas consequências para a Aliança Atlântica, Maria do Céu Pinto refere que embora diversos autores considerem o sucesso da missão no Afeganistão crucial para a consolidação da *raison d'être* da OTAN no século XXI, seria porventura excessivo afirmar que o falhanço dos Aliados naquele país ditaria o fim da organização. Contudo, atendendo a que os principais obstáculos operacionais no cenário afegão se prendem com a ausência de coordenação entre os contingentes nacionais, escassez de meios humanos e financeiros e recusa em assumir os riscos de ofensivas terrestres contra os taliban no sudeste do país, a OTAN aparenta enfrentar, primariamente, problemas internos de coesão entre membros. Neste âmbito, embora, o desfecho da missão no Afeganistão não determine *stricto sensu* o futuro da Aliança, o sucesso ou falhanço da mesma indubitavelmente condicionará o processo da resolução dos dilemas endógenos da OTAN e a escolha dos potenciais cenários de intervenção Aliada no panorama de conflitos *out-of-area*.⁴³

5. A Intervenção Militar da ISAF/NATO no Afeganistão

Como consequência dos ataques terroristas contra Nova Iorque e Washington, DC, em 11 de Setembro de 2001, os EUA lançaram a Operação “Liberdade Duradoura” (*Operation Enduring Freedom*), uma operação antiterrorista no Afeganistão que foi complementada dois meses mais tarde, pelo mandato das Nações Unidas que instituiu a ISAF. O objectivo final da ISAF é auxiliar o Afeganistão a sair de quase quatro décadas de regime autoritário, ocupação estrangeira e guerra civil, que tinha feito com que o território afegão constituísse uma base adequada para a formação de terroristas. Inicialmente, o comando da

⁴³ PINTO, Maria do Céu, “Uma Avaliação da Missão da NATO no Afeganistão”, *Nação e Defesa*, 4ª série, n.º 124, Outono-Inverno 2009, p. 216.

força era assegurado, individualmente e de forma rotativa pelos países que a constituíam, com assistência técnica e apoio da OTAN.⁴⁴

Na sequência da expulsão da Al-Qaeda e dos taliban do Afeganistão, os líderes do Afeganistão reuniam-se em Dezembro de 2001, na cidade de Bona - Alemanha, com apoio internacional para começar o processo de reconstrução do país. A estrutura do novo governo foi criado sob a forma de uma Autoridade Transitória Afegã, e a ISAF foi criada pelas Resoluções 1386, 1413 e 1444 no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas para permitir à própria Autoridade Transitória e à Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão, operar na área da capital, Cabul e seus arredores, com razoável segurança. Um detalhado Acordo Técnico-Militar entre o comandante da ISAF e a Autoridade Transitória do Afeganistão forneceram as orientações futuras para as operações da ISAF.⁴⁵

A ISAF foi inicialmente liderada pelo Reino Unido e, em seguida pela Turquia. A Alemanha e a Holanda em conjunto assumiram a liderança da ISAF em Fevereiro de 2003 e solicitaram o apoio da OTAN. Em Agosto de 2003, a própria Aliança assumiu a responsabilidade pela ISAF, ultrapassando-se desta forma, o problema colocado pelo comando rotativo da missão de seis em seis.⁴⁶

A composição internacional da ISAF tem variado, mas, desde a sua criação, incluiu forças ou contribuições de todos os 26 Aliados da OTAN⁴⁷ e da Albânia, Azerbaijão, Croácia, Estónia, Finlândia, Geórgia, Irlanda, Nova Zelândia, Suécia, Suíça e a antiga República Jugoslava da Macedónia, para além de forças fornecidas pelo próprio Afeganistão. A direcção política da ISAF é assegurada pelo Conselho do Atlântico Norte, em consulta com os países não membros da OTAN que contribuem com tropas.⁴⁸

O Comando de Operações Aliado da OTAN (sedeado no Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa, localizado em Mons, Bélgica) tem a responsabilidade pela operação, enquanto o Comando da Força Conjunta Aliada Brunssum, na Holanda, actua como quartel-general operacional. Inicialmente, o núcleo do quartel-general da ISAF em Cabul foi formado a partir do Centro de Comando Conjunto em Heidelberg, na Alemanha, que forneceu o primeiro Comandante da ISAF.⁴⁹

O Pentágono substituiu em Maio de 2009, o principal comandante americano no Afeganistão, o general David McKiernan, menos de um ano depois de ter assumido o comando, marcando uma grande reformulação na liderança militar de uma guerra que o presidente Obama apresentou como um desafio de segurança nacional que se agrava. Responsáveis da Defesa disseram que o general McKiernan foi removido devido aquilo que descreveram como uma abordagem convencional para o que se tornou um dos desafios mais complicados da história militar americana, sendo substituído no comando da ISAF pelo Tenente-General Stanley A. McChrystal, um ex-comandante do Comando de Operações Especiais Conjunto que liderou todas as operações especiais no Iraque.⁵⁰

No Outono de 2003, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma nova resolução que autorizou a expansão das operações da ISAF para áreas fora de Cabul através das Equipas Provinciais de Reconstrução (*Provincial Reconstruction Teams* - PRTs).⁵¹

⁴⁴ NATO PUBLIC DIPLOMACY DIVISION, *op. cit.*, p. 22-23.

⁴⁵ *Id.*, p. 155.

⁴⁶ *Ibid.*

⁴⁷ Actualmente a OTAN é constituída por 28 países. Para mais informação cf. North Atlantic Treaty Organization (em http://www.nato.int/cps/en/natolive/nato_countries.htm).

⁴⁸ NATO PUBLIC DIPLOMACY DIVISION, *op. cit.*, p. 155.

⁴⁹ *Id.*, p. 156.

⁵⁰ BUMILLER, Elisabeth, "US Replaces Commander in Afghanistan in War Overhaul", *The New York Times*, 11 de Maio de 2009, (em http://www.nytimes.com/2009/05/12/world/asia/12military.html?_r=1&hp).

⁵¹ *Id.*, p. 23.

Estas PRTs fazem parte do conceito “Estabilizar e Reconstruir” o Afeganistão⁵² que a ISAF/NATO tem vindo progressivamente a empenhar em diferentes partes do país, e embora o mandato das Nações Unidas estabeleça claramente que a missão da ISAF é ajudar o Governo do Afeganistão a criar um ambiente seguro e propício a eleições livres e justas, à propagação do Estado de direito, assim como designa qual é o papel dos países membros da NATO na reconstrução no país, o que também pode ser considerado como parte dos esforços da NATO no combate ao terrorismo. Há debates em curso para analisar em que medida uma maior sinergia pode ser alcançada entre a “Operação Liberdade Duradoura” e a ISAF, especialmente porque vários países da OTAN fornecem forças e equipamentos para ambas.⁵³

A escassez de coordenação internacional é, aliás, uma característica estruturante da participação da NATO no âmbito da ISAF. Apesar da unidade do comando constituir um princípio basilar das operações da Aliança, na prática os contingentes participantes divergem não apenas nas estratégias empreendidas para concretizar as respectivas missões, como também na filosofia subjacente às mesmas e aos objectivos pretendidos. Conforme refere Maria do Céu Pinto, citando Julian Lindley-French, a operação no Afeganistão traduz uma luta entre o bastão militar norte-americano e a cenoura europeia, “com os britânicos, holandeses e canadianos forçados a ser a carne no meio da sanduíche”.⁵⁴

Esta realidade constitui uma grande “dor de cabeça” para o Comando Operacional da ISAF/OTAN, porquanto o planeamento de qualquer operação deve ter em consideração mais de 70 *caveats*⁵⁵ nacionais oficiais, além do vasto universo de restrições não-escritas que complementam e extravasam aquelas já existentes.⁵⁶

Estes impedimentos nacionais à utilização dos contingentes militares, apesar de ocasionalmente motivados pela ausência de equipamento ou preparação adequados, traduzem substancialmente uma reacção às exigências das opiniões públicas internas e aos calendários eleitorais de cada Estado. Tal é comprovado pelas referências de natureza geográfica que predominam na formulação das restrições, na medida em que a maioria dos Aliados impede a utilização dos seus soldados nas zonas do sudeste afegão, onde a segurança é especialmente diminuta e os talibã mantêm fortes posições.⁵⁷

Por outro lado, o Reino Unido, a Holanda e o Canadá optaram pelo envolvimento activo nas operações da ISAF/NATO, contrariando assumidamente a opinião pública nacional em função de variadas razões de cariz ideológico, político ou financeiro. Com efeito, a actual situação coloca pressão acrescida sobre os restantes Aliados e aumenta o fosso entre os dois blocos, ao agravar as divergências internas quanto à natureza (predominantemente militar ou cívica) da estratégia a prosseguir no Afeganistão.⁵⁸

6. Uma Organização Internacional Lidera uma Operação de Contra-subversão

A presença da NATO no Afeganistão representa o primeiro caso de envolvimento de uma organização internacional numa contra-subversão, algo que

⁵² PINTO, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 208.

⁵³ NATO PUBLIC DIPLOMACY DIVISION, *op. cit.*, p. 23.

⁵⁴ PINTO, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 209.

⁵⁵ *Caveats* são as restrições nacionais a que cada contingente, em particular, está sujeito, de acordo com as quais a utilização dos mesmos sofre limitações significativas consoante a área geográfica e os objectivos envolvidos. A existência de inúmeras restrições, formalizadas por escrito ou verbais, afecta gravemente a flexibilidade da Aliança, num contexto operacional já por si especialmente difícil, representando segundo o general James Jones, o “cancro operacional da OTAN”. Cf. PINTO, Maria do Céu, *op. cit.*, p. 207.

⁵⁶ *Id.*, p. 207.

⁵⁷ *Ibid.*

⁵⁸ *Ibid.*

até agora pertenceu ao domínio exclusivo dos Estados. O envolvimento inicial da Aliança no Afeganistão, em 2003, foi concebido como uma operação de estabilização. A partir de 5 de Outubro de 2006, quando a NATO oficialmente finalizou o alargamento da sua acção a todo o território do Afeganistão, passando a incluir o Sul e o Leste na sua área de responsabilidade, a Aliança viu-se envolvida numa contra-subversão.⁵⁹

A subversão encontra-se presentemente no designado período insurreccional, que compreende a fase armada (de terrorismo ou guerrilha) e segundo o Major-General Martins Branco, não se prevê que venha a dispor de capacidade para passar à fase seguinte da subversão a qual consiste, entre outras coisas, em levantar um exército regular e defrontar as forças internacionais num confronto militar directo. Os insurgentes tentaram fazê-lo em 2006 com resultados desastrosos, sendo manifestamente incapazes de conquistar terreno estrategicamente importante, como as grandes cidades. A última vez que o tentaram fazer, foi em 2008, quando atacaram Lashkar Gah, a capital da província de Helmand, no Sul do país, mas foram copiosamente derrotados, pelo que considera este oficial general que uma insurreição militar generalizada está completamente fora de questão.⁶⁰

A intervenção internacional no Afeganistão, como já referimos, foi concebida num quadro muito diferente daquele que se vive actualmente, isto é, estabilização em vez de contra-subversão. Este facto, por si só, justificaria uma profunda reanálise da actual concepção e planeamento da campanha, o qual foi construído com base no conceito de *Comprehensive Approach*⁶¹, um modelo orientado para um cenário de pós violência, que se traduz em três linhas de operações: governação, reconstrução e desenvolvimento e segurança.⁶²

O desenvolvimento, como facilmente se depreende, só é possível após terminada a violência generalizada, num ambiente de segurança. Sendo o teatro afegão, caracterizado por um ambiente contra-subversivo dever-se-ia falar com mais propriedade em estratégia sócio-económica, contextualizada no espaço e no tempo, e combinada com as restantes estratégias gerais da contra-subversão, o que faria toda a diferença, segundo Martins Branco.⁶³

Numa operação de estabilização fará sentido, com certeza, falar de reconstrução e desenvolvimento, mas nunca durante a gestão da violência, qualquer que seja o conflito, mas imperativos de natureza política ditam que o desenho conceptual em vigor continue a ser o de uma operação de estabilização.⁶⁴

Em qualquer cenário ou teatro de operações de matriz subversivo, todas as doutrinas de contra-subversão salientam a necessidade de integrar esforços civis e militares. Para se conseguir alcançar este desiderato é necessária uma integração plena daqueles dois domínios o que requer uma cadeia de comando única, situação que não se verifica actualmente no terreno. Enquanto a ISAF está orientada, primariamente, para as questões da segurança, a Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (*United Nations Assistance Mission in Afghanistan - UNAMA*) está mais vocacionada para a reconstrução e o desenvolvimento e o governo Afegão, logicamente para a governação. Nenhum destes actores tem o exclusivo ou

⁵⁹ BRANCO, Carlos Martins, "A OTAN no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão", *Cadernos do Instituto de Defesa Nacional*, n.º 1, II Série, Dezembro de 2008, p. 15.

⁶⁰ *Ibid.*

⁶¹ *Comprehensive Approach* é uma expressão que, no âmbito das operações de contra insurreição e de estabilização, pretende designar a necessidade de substituição da tradicional resposta essencialmente militar por uma resposta de natureza multidisciplinar que reconheça a realidade diferente dos objectivos (mais políticos do que militares) que essas operações visam. No essencial, não se trata de conquistar nem de defender território mas simplesmente fazer voltar a estabilidade onde antes existia apenas o caos, lidando com um inimigo que não pode ser sujeito a um ataque estratégico decisivo como seria normal numa situação de confronto tradicional. Cf. RODRIGUES, Alexandre Reis, "As "novas" tarefas das Forças Armadas: Lições de vinte anos de missões em zonas de crise", *Jornal Defesa e Relações Internacionais*, 16 de Junho de 2010 (em http://www.jornaldefesa.com.pt/noticias_v.asp?id=800).

⁶² BRANCO, Carlos Martins, *op. cit.*, p. 16.

⁶³ *Ibid.*

⁶⁴ *Ibid.*

o monopólio de uma das linhas de operações referidas, contudo a sua acção pode alargar-se a outras o que, aliás, acontece.⁶⁵

A falta de uma cadeia de comando faz com que estes actores se relacionem numa posição de pares, porquanto, como não existe qualquer relação de autoridade e/ou subordinação entre eles, o máximo que se consegue obter é a coordenação de acções, já que cada um deles tem a sua própria agenda.⁶⁶

A retórica em redor da *Comprehensive Approach* e de um esforço integrado não passa disso mesmo. A ausência de um actor numa posição de comando com autoridade para decidir o que é que tem de ser feito e impor decisões aos restantes parceiros é um obstáculo à plena integração de esforços, sendo os mecanismos de coordenação em vigor, manifestamente insuficientes para se atingir a tão almejada integração. Mas pior que uma organização internacional são várias organizações internacionais envolvidas na gestão de uma contra-subversão, sem existir entre elas uma relação de autoridade/subordinação claramente definida, sem um *primus inter pares*, apenas condicionadas pela sua própria vontade.⁶⁷

O conflito afegão é também considerado assimétrico, mas segundo Martins Branco, o conceito de assimetria aplicado a este conflito deve ser objecto de uma atenção muito particular, sobretudo se tivermos em consideração o tão propalado consenso de que a subversão não se resolve, apenas, por meios militares. Nesta perspectiva, quando falamos de assimetrias referimo-nos a diferenças significativas de recursos entre os beligerantes.⁶⁸

Contudo, a questão pertinente é a de se saber de que recursos se tratam, porque o conceito de assimetria aparece normalmente associado aos meios militares que cada uma das partes tem ao seu dispor, a tudo aquilo a que se convencionou designar por cinético. Nesta perspectiva, as forças internacionais têm a primazia. Mas, no que se refere ao domínio não cinético, não podemos dizer o mesmo; aí os insurgentes dispõem de uma nítida vantagem.⁶⁹

Esta desvantagem reveste-se de uma importância crucial se tivermos em consideração que o conflito no Afeganistão se enquadra no paradigma da guerra entre o povo (*war amongst people*) desenvolvido pelo General Rupert Smith, em que o essencial da questão não é o sucesso das operações militares, mas o problema estratégico subjacente que está por resolver.⁷⁰

Seguindo o pensamento deste autor, a guerra entre o povo é uma descrição visual das modernas situações de guerra, e também uma estrutura conceptual porque reflecte a dura realidade da ausência de um campo de batalha isolado no qual os exércitos se defrontam, e o facto de não existirem necessariamente exércitos – por certo nem todos os intervenientes os possuem. Smith diz que não se trata de guerra assimétrica, expressão que não aprecia e que considera ter sido inventada para explicar uma situação na qual os Estados convencionais se viram ameaçados por poderes não convencionais, mas em que uma ou outra formulação do poderio militar convencional seria capaz de dissuadir a ameaça e de lhe responder.⁷¹

A guerra entre o povo é diferente. É uma realidade na qual as pessoas – na rua, em casa, no campo, todas as pessoas – constituem o campo de batalha. Os recontros podem verificar-se em qualquer lugar, seja na presença de civis, contra civis, em defesa de civis. À semelhança de uma força inimiga, os civis são alvos e/ou objectivos a conquistar. Contudo, também não se trata de guerra assimétrica, dado constituir um exemplo clássico de desinteresse pela mudança de paradigma. A prática da guerra, a sua «arte», é conseguir uma assimetria sobre o adversário.⁷²

⁶⁵ *Ibid.*

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ *Ibid.*

⁶⁸ *Ibid.*

⁶⁹ *Ibid.*

⁷⁰ *Ibid.*

⁷¹ SMITH, Rupert, "A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno", Lisboa, Edições 70, 2008, pp. 21-22.

⁷² *Ibid.*

Para Smith, rotular as guerras de «assimétricas» é um eufemismo para não ter que reconhecer que o adversário não faz o seu jogo e que não está a ganhar. Neste caso, em vez do nome da guerra, talvez o modelo já não seja relevante: o paradigma mudou. Para Rupert Smith, a guerra entre o povo caracteriza-se por seis grandes tendências:⁷³

- Os objectivos pelos quais combatemos estão a mudar, dos objectivos concretos e absolutos da guerra industrial entre Estados para objectivos mais flexíveis, relacionados com o indivíduo e sociedades que não são Estados;
- Combatemos entre o povo, um facto literal e simbolicamente amplificado pelo papel central dos *media*: quando combatemos nas ruas e campos de uma zona de conflito, estamos também a combater nas casas das pessoas que nos vêem pela televisão;
- Os nossos conflitos tendem a ser intemporais, pois procuramos uma condição que deve ser mantida até se chegar a acordo sobre um desfecho decisivo, algo que pode demorar anos ou décadas;
- Combatemos de modo a não perdermos as forças militares, não empregando as forças militares a qualquer custo para atingirmos o objectivo;
- A cada ocasião, descobrem-se novas utilizações para armas antigas: as armas especificamente fabricadas para utilização no campo de batalha contra soldados e armamento pesado estão a ser adaptadas para os nossos conflitos actuais, dado que os instrumentos da guerra industrial são frequentemente irrelevantes para a guerra entre o povo;
- O inimigo é maioritariamente não estatal, pois tendemos a travar os nossos conflitos e confrontos sob a forma de agrupamentos multinacionais, em aliança ou coligação, e contra um adversário ou adversários que não são Estados.

Para este autor, estas seis tendências reflectem a realidade da nossa nova forma de guerra: já não se trata de um único evento momentoso e militarmente decisivo que garante um resultado político conclusivo. E isto verifica-se porque também se alterou profundamente a relação entre os factores políticos e militares. Embora os quatro níveis da guerra permaneçam inalterados⁷⁴, e continue a ser a liderança política que toma a decisão de empregar a força, o nosso mundo de confronto e conflito significa que as actividades políticas e militares estão constantemente misturadas.⁷⁵

Por conseguinte, para se compreender qualquer conflito moderno, ambos os tipos de actividades devem ser examinados em paralelo, pois evoluirão e mudarão em conjunto, influenciando-se mutuamente. O emprego da força só terá utilidade quando for analisado deste modo.⁷⁶

Nesta forma de guerra com que a NATO se confronta no Afeganistão o objectivo é influenciar o oponente, alterar ou formar uma intenção, estabelecer uma condição e, acima de tudo, vencer o choque de vontades.⁷⁷

Assim, neste domínio, os meios não cinéticos são determinantes e mais eficazes do que os cinéticos, aos quais se associa o uso da força. No que é crítico

⁷³ *Id.*, pp. 36-37.

⁷⁴ As guerras e os conflitos são travados a quatro níveis – político, estratégico, tático e operacional –, com cada nível enquadrando o seguinte, por ordem decrescente, a partir do político; é isto que confere contexto a todas as actividades de todos os níveis na prossecução dos mesmos objectivos, e lhes permite serem coerentes entre si. O primeiro nível, o político, é a fonte do poder e da decisão. No conflito moderno, os militares são controlados pela liderança política — e é aqui que se decide a entrada no conflito. Esta decisão deve ser tomada em função da ameaça ao que se preza — território, soberania, comércio, recursos, honra, justiça, religião, etc. Tal como qualquer outra grande decisão, tanto na vida como na guerra, só pode ser tomada após uma avaliação do risco de concretização da ameaça, e do que estará em risco caso a ameaça surta efeito. SMITH, Rupert, *op. cit.*, pp. 29-30.

⁷⁵ SMITH, Rupert, *op. cit.*, p. 16.

⁷⁶ *Id.*, pp. 36-37.

⁷⁷ BRANCO, Carlos Martins, *op. cit.*, p. 16.

para vencer este confronto, o domínio não cinético, são os insurgentes quem têm vindo a estabelecer os termos do combate.⁷⁸

6.1. A Sociedade Afegã e a Subversão

A fusão entre os taliban e a Al-Qaeda, à luz da cronologia dos acontecimentos, poderá parecer que o movimento taliban se radicalizou sob a pressão dos acontecimentos, mas que não compartilham a ideologia *jihadista* de Osama Bin Laden. No entanto, após a campanha militar de Outubro e Novembro de 2001 novos elementos indicam que os objectivos da Al-Qaeda e dos taliban vinham a convergir.⁷⁹

Este processo de convergência, provavelmente, remonta ao ano de 2000, quando a partir do Outono começaram a aparecer manifestações de radicalização, tais como, a erradicação da papoila do ópio, que apenas serviu para minar o apoio aos taliban na região. Outro aspecto importante foi a destruição das estátuas de Buda em Bamiyan, que existiram durante todo o período islâmico. Outros factores, foram a obrigação de os Hindus e Sikhs residentes em Cabul, usarem símbolos distintivos, e a prisão de trabalhadores de ajuda humanitária cristãos sob a acusação de proselitismo. Finalmente, a declaração do *mullah* Omar à BBC, em 15 de Novembro de 2001, pedindo a destruição da América, em que manifestou o seu alinhamento ideológico.⁸⁰

Sem o papel desempenhado pela Al-Qaeda, os taliban que nunca foram acusados de desempenhar um papel activo nos ataques de 11 de Setembro, teriam toda a probabilidade de ter continuado no poder. Neste sentido, é um paradoxo que a influência externa tenha provocado a queda dos taliban, pois a Al-Qaeda ao acentuar a sua ideologia, cortou-lhe a sua ligação com a tradicional sociedade afegã. A agenda política era, na verdade ditada por Bin Laden, mas foi a dinâmica local que motivou a intervenção norte-americana.⁸¹

Para uma contra-subversão ter sucesso é decisivo que consiga operar sobre a sociedade de modo a separar os insurgentes da população, negando-lhes as fontes logísticas e de recrutamento. Um debate construtivo deve centrar-se no modo como o fazer, porquanto os insurgentes partem com vantagem não só por conhecerem melhor a sociedade, mas principalmente por serem parte integrante da mesma e da qual emergem.

Contudo, nesta matéria há ainda um longo caminho a percorrer, até porque a grande maioria dos comunicadores internacionais, centram as suas actividades nos órgãos de comunicação social ocidentais, negligenciando outras ferramentas particularmente eficazes em sociedades pré-modernas, como sejam os meios tradicionais de comunicação, das quais o Afeganistão é um bom exemplo.⁸²

Se os actores internacionais pretendem atingir segmentos essenciais da população na dimensão cognitiva do domínio da informação, torna-se necessário uma estratégia que integre as realidades do país, socorrendo-se de outras funções, muito para além da utilização dos *media*. A questão reside em identificar os modos e os meios a utilizar para persuadir a população a, pelo menos, não combater ao lado, ou a não apoiar os insurgentes. O risco do uso substancial de poder militar pode voltar a população ofega contra o governo e as forças espiral de alienação civil.⁸³

É fundamental a quem trabalha no domínio não cinético melhorar os seus conhecimentos sobre a sociedade e a(s) audiência(s). A identificação das formas e dos meios requer forçosamente uma abordagem completamente diferente daquela

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ ZAHAB, Mariam Abou e ROY, Olivier, *Islamist Networks: The Afghan-Pakistan Connection*, Nova Iorque, Columbia University Press, 2004, p. 52.

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ *Ibid.*

⁸² BRANCO, Carlos Martins, *op. cit.*, p. 18.

⁸³ *Id.*, p. 19.

que tem vindo a ser efectuada, pelo que o conselho de sociólogos, antropólogos e psicólogos poderá ser muito útil. O conhecimento profundo do público-alvo requer um trabalho prévio de *human mapping*, fundamental para se desenvolver e estruturar uma política de comunicação eficaz com os afegãos.⁸⁴



Etnias predominantes no Afeganistão e no Paquistão. © Stratfor.

Como foi atrás sugerido, é premente compreender para quem e com quem se fala, qual a sua posição social, qual a filiação política, etc. Uma dose elevada de recursos tem de ser empregue nesta tarefa. Se não se fizer um esforço sério para compreender a sociedade onde se opera, qualquer que seja a doutrina adoptada, está-se condenado ao fracasso; é como um médico que quer curar um doente mas não tem a menor ideia da sua doença. Essa compreensão da sociedade só é possível através do conhecimento detalhado da imensa diversidade de redes de interacção social que a compõem e que se intersectam, das organizações, e dos meios institucionais para atingir os objectivos humanos na sociedade afegã, os quais poderão ser mais complexos e difíceis de perceber do que nas sociedades ocidentais.⁸⁵

O facto de se tratar de uma sociedade pré-moderna, não significa ausência de complexidade social, bem pelo contrário. Alianças militares, hierarquias religiosas, tribos, grupos de famílias, língua comum, cartéis de droga e por aí adiante, são tudo redes poderosas de interacção social a ter em conta e que não se podem negligenciar. Os Aliados necessitam de identificar e compreender a cumplicidade, sofisticação, interconexões e poderes destas intrincadas redes. Nesta lógica, é crucial compreender as estruturas tribais de modo a entender o

⁸⁴ *Ibid.*

⁸⁵ *Ibid.*

relacionamento entre os diferentes grupos, pelo que é necessário investir no estudo das estruturas tribais, sobretudo no Sul e no Leste do país, de modo a poder estabelecer canais de comunicação eficientes com elas.

Actualmente o departamento de defesa dos EUA e, principalmente o Exército e os Marines (fuzileiros navais), estão empenhados e focalizados no combate em áreas urbanas (*fighting in building urban areas – FIBUA*) e na contra-subversão, principalmente com a adopção do manual de campanha FM 3-24 *Counterinsurgency* (contrainsurgência ou contrasubversão). Este novo paradigma doutrinário enfatiza as operações não convencionais ou irregulares, focalizando-se na contra-subversão e no emprego acentuado de forças de operações especiais para combater a anarquia vindoura do sistema internacional, como referiu Robert Kaplan em “*The Coming Anarchy*” e outras obras recentes.

Logo na introdução do manual de campanha FM 3-24, refere-se que para se conduzir com sucesso uma campanha de contra-subversão, é necessária uma força flexível, liderada por comandantes dinâmicos, bem informados e culturalmente astutos. Nesta perspectiva, o Exército dos EUA montou um projecto experimental no Afeganistão, denominado Sistema de Terreno Humano (*Human Terrain System*), que agrega antropólogos e outros técnicos das ciências sociais, em unidades que operam nas linhas da frente, com o objectivo de aconselhar os líderes das pequenas unidades, sobre a cultura, as estruturas tribais, a economia e as políticas locais.⁸⁶

Estas acções serão preciosas para ajudar a distinguir entre lutas tribais intestinas e lutas entre grupos pró e contra insurgentes e, por conseguinte, conseguir determinar com precisão o seu impacto nas operações da ISAF.

Com o apoio destas valências, os operacionais no terreno terão mais informação táctica o que poderá evitar que se confundam querelas tribais com lutas contra os insurgentes, as quais presentemente, não são frequentemente distinguidas devido ao desconhecimento do modo como as tribos se encontram organizadas. Esta alteração de paradigma na forma de planear e concretizar as operações poderá evitar situações delicadas para a Aliança Atlântica, porque havendo um maior cuidado no relacionamento com os chefes tribais, antes de se executarem acções cinéticas ou outras nas regiões sob a sua alçada, obtendo previamente o seu consentimento, as baixas civis provavelmente serão diminutas, assim como, as ondas de choque de repulsa e ressentimento contra as forças internacionais.⁸⁷

Para além disso, o conhecimento das estruturas tribais vai ajudar na criação de plataformas de diálogo e negociação tanto com os líderes locais como com a população. O Governo não é capaz de fornecer esta plataforma, e nalguns casos não a quer proporcionar. Particularmente nas zonas rurais, a população encontra-se frustrada pela falta de atenção que lhe é dada pelo Governo e pela comunidade internacional. Embora a ISAF não seja, nem deverá ser um actor político, deve desenvolver plataformas de diálogo que permitam dar voz às diferentes comunidades, permitindo-lhes exprimir as suas preocupações, anseios e necessidades, na forma de *jirgas* ou *shuras*⁸⁸, fazendo-as chegar ao Governo.⁸⁹

A religião e as elites religiosas não podem ser descuradas, pois devem constituir um público-alvo extremamente importante. Se tratadas correctamente podem ser parceiros de grande utilidade e, como tal, contribuir para separar os insurgentes da população, contudo, ao invés, podem ter um efeito avassalador para as forças internacionais.

⁸⁶ Vanessa M. Gezari, “Antropólogos Ajudam Militares na Guerra pela Confiança do Povo Afegão”, *Público*, 05 de Setembro de 2009, p. 13. Vanessa M. Gezari, “Rough Terrain”, *The Washington Post*, 30 de Agosto de 2009, (em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/08/21/AR2009082101926.html>).

⁸⁷ BRANCO, Carlos Martins, *op. cit.*, p. 19.

⁸⁸ *Shura* significa consulta, conselho ou órgão consultivo. Cf. LOPES, Margarida Santos, *Dicionário do Islão*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 153.

⁸⁹ *Id.*, p. 20.

Neste particular, o Conselho dos Ulemas⁹⁰, a autoridade máxima no país em matéria religiosa, eleito em 2002 pelo governo e sediado em Cabul, tem sido nos últimos anos o interlocutor exclusivo da comunidade internacional com a comunidade eclesiástica muçulmana, através do defuncto Centro Nacional de Coordenação da Comunicação.⁹¹ Mas a autoridade deste Conselho sobre a rede de *mullahs*⁹² é diminuta, bem como, a sua influência é praticamente nula. O apoio tácito, para não dizer militância activa, da maioria dos *mullahs* e dos líderes religiosos no Sul e no Leste à ideologia dos insurgentes, tem produzido um efeito devastador nas forças da ISAF. Em vez de agirem como aliados do governo afegão e da coligação na difusão da mensagem da comunidade internacional, são portadores de mensagens hostis.⁹³

Martins Branco considera da maior relevância conseguir alterar as atitudes e os comportamentos dos *mullahs* daquelas regiões. Para além da necessidade de interacção e envolvimento com os *mullahs* no Sul, é fundamental desenvolver um plano detalhado de actividades orientadas para os influenciar, de modo a torná-los, pelo menos, actores neutrais.⁹⁴

Perante tal cenário e tendo em consideração as características e particularidades da sociologia e idiosincrasia afegãs, cuja matriz assenta numa base tribal e conservadora, privilegiamos os argumentos e ensinamentos do major Jim Gant que os viveu e apreendeu no terreno, enquanto comandante do Destacamento Operacional Alfa 316, integrado no 3º Grupo de Forças Especiais, (os famosos *green berets*) vivendo e mantendo, durante anos, uma aliança clandestina com líderes tribais, porque acreditava ser a melhor solução, táctica e estratégica, para este país em guerra. A sua velha crença faz, agora, parte da nova estratégia do Pentágono.⁹⁵

Num pacto invulgar e não autorizado, Gant e os seus homens lutaram lado a lado com homens das tribos, em disputas locais e contra rebeldes, aprendendo ao mesmo tempo antigos códigos tribais de honra (tais como o *pashtunwali*⁹⁶ que é o código de honra das tribos *pashtuns*), de lealdade e de vingança - códigos que frequentemente estavam em conflito com a *sharia* que os insurgentes tentavam impor.

Mas as Forças Armadas norte-americanas não tinham nos seus planos reforçar a rede de tribos *pashtun* contra os rebeldes, por isso Gant manteve a sua aliança em segredo, até agora. Com este *modus operandi*, Gant ganhou um prémio ao mais alto nível pelo seu esforço em aprofundar radicalmente o envolvimento dos militares americanos com as tribos afegãs - e foi enviado de novo para o Afeganistão para aplicar a sua teoria.⁹⁷

Em 2009 publicou, "One Tribe at a Time",⁹⁸ em versão online, a qual circulou amplamente pelo meio castrense norte-americano, inclusive no Pentágono e no Congresso, onde perspectiva uma estratégia centrada na capacitação do antigo sistema tribal do Afeganistão, porque acredita que sendo o governo central ainda

⁹⁰ Ulema é o plural em árabe de *alim*. Refere-se a teólogos, juristas do direito muçulmano, sábios ou imãs. São geralmente considerados os guardiões da «ortodoxia». Cf. LOPES, Margarida Santos, *op. cit.*, p. 166.

⁹¹ *Idem*, *ibidem*.

⁹² *Mullah* é uma palavra que deriva do árabe e significa «mestre». É usado como título de respeito por várias figuras religiosas e juristas no Irão e em algumas zonas da Ásia. Cf. LOPES, Margarida Santos, *op. cit.*, p. 115.

⁹³ *Ibid.*

⁹⁴ *Ibid.*

⁹⁵ Ann Scott Tyson, "Jim Gant: The Green Beret Who Could Win the War in Afghanistan", *The Washington Post*, 17 de Janeiro de 2010, (em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2010/01/15/AR2010011502203.html>).

⁹⁶ GANT, Jim, "One Tribe at a Time", *Nine Sisters Imports, Inc.*, Los Angeles, California, 2009, p. 23-24, (em http://blog.stevenpressfield.com/wp-content/themes/stevenpressfield/one_tribe_at_a_time.pdf).

⁹⁷ Ann Scott Tyson, "Jim Gant, o Lawrence do Afeganistão", *Pública*, Lisboa, 31 de Janeiro de 2010, pp. 42-46.

⁹⁸ GANT, Jim, *op. cit.*.

fraco e corrupto, as tribos são a única força consistente de autoridade local e de segurança naquele país.⁹⁹

Gant descreve a sua experiência junto da tribo de Malik Noorafzhal, como uma estratégia que poderá ser continuada novamente, referindo que é necessário trabalhar sempre e em primeiro lugar com as tribos, pois elas constituem a unidade basilar mais importante do país, seja do ponto de vista militar, político ou cultural. As tribos são unidades autónomas de combate que lutam até à morte para honrar a sua família tribal e o respeito. As suas informações e avaliações do campo de batalha são infalíveis. A sua lealdade para com a família e amigos é inquestionável.¹⁰⁰

Chefes militares e dirigentes civis, incluindo o Secretário de Defesa Robert Gates, o General Stanley McChrystal, Comandante da ISAF no Afeganistão, e o General David Petraeus, comandante do Comando Central dos EUA, expressaram o seu apoio aos pontos de vista de Gant, tendo o General McChrystal distribuído a publicação a todos os oficiais no Afeganistão, factos que levaram um oficial das Forças Armadas norte-americanas a designar o Major Gant o "Lawrence do Afeganistão".¹⁰¹

O então comandante do Comando das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos, almirante Eric T. Olson, referiu numa entrevista que "o empenhamento de forças de operações especiais, como descrito pelo Major Gant traduz-se num dos pontos fortes das forças de operações especiais por transformar acções tácticas e presença microrregional em efeitos estratégicos. Isto representa a origem das forças de operações especiais e o seu *core*. A atribuição e o empenhamento de forças de operações especiais são da competência dos comandantes operacionais e, por isso estamos a sugerir a utilização inovadora e ousada das forças de operações especiais, da forma descrita pelo Major Gant. No Comando das Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos (USSOCOM), dizemos que "a presença sem valor é vista como ocupação" e no Afeganistão, o nosso valor para as tribos não é necessariamente medido pelos nossos padrões tradicionais."¹⁰²

6.2. Importância da Comunicação Social

Nas sociedades hodiernas informar e comunicar é fundamental, até porque ter informação é ter poder. Também neste domínio é necessária uma nova abordagem, porque para se conseguir comunicar correctamente com os afegãos é preciso fazer um esforço para os conhecer. Num país onde 80 por cento da população é analfabeta, as mensagens escritas têm um alcance extremamente reduzido, assim como, o uso dos órgãos de comunicação social convencionais como a televisão, a rádio e a imprensa, apenas permitem atingir uma pequena fracção da população.¹⁰³

Para se chegar a um universo maior é necessário perceber o verdadeiro alcance do que significa comunicação tradicional, no contexto afegão. Isto significa difundir mensagens recorrendo a meios tradicionais como o boca a boca, a comunicação cara a cara, o envolvimento com os líderes e com a população, entre outros, os quais são de uma tremenda eficácia.¹⁰⁴

O boca a boca pode significar muita coisa, desde o contador de histórias, o poeta, o cantor, o *mullah* ou um governante, sem esquecer as conversas nos mercados onde os insurgentes controlam a comunicação. Há que ser capaz de influenciar o processo da comunicação nos mercados, algo até agora

⁹⁹ *Ibid.*

¹⁰⁰ Jim Gant, *op. cit.*, p. 4.

¹⁰¹ Ann Scott Tyson, *op. cit.*.

¹⁰² GURNEY, David H. e SMOTHERMAN, Jeffrey D., "An Interview With Eric T. Olson", *Joint Force Quarterly*, Issue 56, 1st quarter 2010, National Defense University Press, Fort Lesley J. McNair, Washington, D.C., pp. 61-62, (em http://www.ndu.edu/inss/Press/ifq_pages/editions/i56/JFQ56.pdf).

¹⁰³ BRANCO, Carlos Martins, *op. cit.*, p. 21.

¹⁰⁴ *Ibid.*

completamente esquecido. Nesta matéria, os insurgentes dominam com mestria os meios tradicionais de comunicação, combinando-os de uma forma criativa e inteligente com os meios tecnologicamente avançados, pois sabem perfeitamente, qual a importância comunicacional dos poetas e cantores. Não descurando esta frente, recorrem à internet para lhes indicar qual o conteúdo dos temas e as mensagens que devem incluir nos seus poemas e canções.¹⁰⁵

As cartas nocturnas (*shabnamah*), tanto impressas como escritas à mão, distribuídas nas cidades e vilas são outro meio de comunicação tradicional utilizado pelos insurgentes. Os DVD's e as cassetes áudio são meios que também utilizam, de um modo intensivo, devido às vantagens óbvias sobre as publicações escritas. Os primeiros aparecem com mensagens orientadas para o recrutamento e o moral, enquanto os segundos contêm normalmente canções e poesia, em particular cantos religiosos e *taranas*, canções marciais, nacionalistas e de grande carga emocional, sem acompanhamento musical. Inseridos neste contexto social e operacional, e não esquecendo as diversas doutrinas de contra-insurreição, os actores locais são os melhores meios de comunicação ao dispor da contra-subversão, desfrutando de vantagens óbvias sobre os actores internacionais.¹⁰⁶

Neste capítulo, como entre outros, o exército e a polícia afegã podem desempenhar um papel decisivo na comunicação tradicional, se correctamente orientados e se essa acção se subordinar a uma estratégia previamente estabelecida, porquanto, a mobilização e principalmente a motivação destes efectivos para participarem no processo da comunicação tradicional teria um impacto importante junto das populações. Medidas simples como a assistência aos sermões das sextas-feiras, em uniforme, especialmente após acusações de estes não serem islâmicos, ou auxiliar os camponeses em tarefas agrícolas, certamente que ajudaria a ultrapassar o vazio existente entre estas instituições e a população.

Estas medidas aplicam-se em primeiro lugar à polícia, a qual deveria ter um comportamento próximo e amigável com a população, sendo a sua acção fundamental para criar uma ambiente de segurança e confiança e assim, separar os insurgentes da população. Contudo este desiderato, infelizmente, não será alcançado com a celeridade devida, porquanto os próprios polícias são corruptos¹⁰⁷ e extorquem a população, não se inserindo no esforço colectivo desejado, assim como, muitos elementos da polícia e das forças armadas, são toxicodependentes.¹⁰⁸

As dificuldades de comunicação da ISAF estendem-se igualmente às audiências internacionais. São várias as dificuldades, as quais estão relacionadas com o facto da OTAN ser uma organização internacional e o processo de decisão numa organização internacional, reflectir um compromisso baseado nas diferentes perspectivas nacionais sobre a resolução dos problemas, que normalmente dificultam a adopção de mensagens unificadas. Enquanto alguns governos consideram que as mensagens com um maior conteúdo cinético sabotam o apoio da opinião pública à missão, outros são mais receptivos a missões de combate, e neste sentido, as prioridades de comunicação diferem de nação para nação. Outro aspecto muito importante, são as discussões públicas sobre *caveats* e insuficiência de tropas transmitem uma noção de fraqueza e desunião no seio da Aliança. Mensagens contraditórias também contribuem para criar enormes problemas a quem tenta transmitir uma imagem de determinação, coesão e força.¹⁰⁹

Ao invés, os insurgentes não têm as restrições comunicacionais da ISAF. A sua liberdade de acção é total e completa, operando com oportunidade, quando e onde querem. Isso fez com que se tenham conseguido tornar, tanto a nível regional como internacional, fontes de informação credíveis a par com a ISAF, tendo

¹⁰⁵ *Ibid.*

¹⁰⁶ *Ibid.*

¹⁰⁷ Cf. COPPEL Jr., Richard A., "Corruption Undercuts Hopes for Afghan Police", *The New York Times*, 08 de Abril de 2009, (em <http://www.nytimes.com/2009/04/09/world/asia/09ghazni.html?ref=world>).

¹⁰⁸ Cf. O'DONNELL, Lynne, "Fifteen per cent of Afghan Army 'are Drug Addicts'", *The Telegraph*, 23 de Novembro de 2009, (em <http://www.telegraph.co.uk/expat/expatnews/6635393/Fifteen-per-cent-of-Afghan-army-are-drug-addicts.html>) e BRANCO, Carlos Martins, *op. cit.*, p. 22.

¹⁰⁹ BRANCO, Carlos Martins, *op. cit.*, p. 22.

contribuído para isso, o facto de agirem de uma forma pró-activa e conseguirem marcar a agenda do campo de batalha mediático. Pelo contrário, os oficiais de relações públicas da ISAF são confrontados com toda a espécie de restrições que afectam a qualidade e o efeito das suas respostas fazendo-os falhar no seu propósito de fornecer respostas adequadas a este novo desafio.

Estudos efectuados pelo *Rendon Group*, demonstram que os insurgentes têm dominado o espaço mediático tanto a nível nacional como internacional, tendo a ISAF revelado uma enorme dificuldade em produzir respostas em tempo útil, o que força frequentemente as agências noticiosas a publicarem notícias, apesar da informação disponível sobre os acontecimentos, ser muito limitada e sem previamente as validarem ou certificarem.¹¹⁰

Mas esta realidade não é compatível com a necessidade noticiosa das sociedades ocidentais, principalmente das que têm forças nacionais destacadas no teatro afegão, e na ausência de respostas em tempo útil da Aliança Atlântica, as agências noticiosas transmitem a versão dos acontecimentos avançada pelos insurgentes, enquanto a ISAF aguarda pela validação da informação. São raras as situações em que a ISAF consegue proporcionar aos media uma resposta detalhada e precisa num curto espaço de tempo, o que a coloca numa desvantagem fatal, acabando por prevalecer a competição pelo furo jornalístico (*scoop*), criando as condições ideais para que o movimento taliban tenha vantagem na batalha da informação.¹¹¹ O YouTube tornou-se para os insurgentes um novo campo de batalha na campanha afegã, sendo capazes de difundir vídeos, apenas uma hora após a ocorrência dos acontecimentos. Manuseando as câmaras de vídeo como armas são capazes de carregarem na internet as imagens dos seus ataques com uma extrema rapidez utilizando-as, entre outras coisas, para elevar o moral dos seus apoiantes.¹¹²

7. O Modus Operandi dos Taliban

Os insurgentes taliban têm feito um uso crescente de “táticas assimétricas”, tais como armadilhas¹¹³, engenhos explosivos improvisados e ataques suicidas ou operações de martírio. Refira-se que sempre que os EUA realizam uma operação no terreno, apoiada por helicópteros, aviões e veículos aéreos não tripulados armados (*drones*), se os insurgentes não retirarem, serão eliminados, mas logo que as forças da ISAF estabelecem contacto, tornam-se vulneráveis porque precisam de vasto apoio logístico, têm de continuar a realizar patrulhas e, desta forma, constituem alvos perfeitos para o sucesso e eficácia das táticas dos taliban, as quais consistem normalmente em atacar e desaparecer rapidamente, que têm sido particularmente incrementadas e melhoradas nas emboscadas.¹¹⁴

Quanto ao gravíssimo problema colocado pelos engenhos explosivos improvisados, o secretário de Defesa norte-americano Robert M. Gates, determinou a criação de uma força-tarefa num departamento para se desenvolver equipamentos, técnicas ou modalidades de acção para fazer face a esta ameaça que causaram cerca de 80 por cento das vítimas dos EUA no teatro afegão.¹¹⁵

Referiu ainda que os desafios são diferentes daqueles do Iraque, pois a maioria dos dispositivos explosivos improvisados (*improvised explosive device*,

¹¹⁰ *Ibid.*

¹¹¹ *Id.*, p. 22-23.

¹¹² *Id.*, p. 23.

¹¹³ Os insurgentes também utilizam animais, tais como burros, para atingirem os seus objectivos. Para mais informação, cf. Michael Evans, “Donkey ‘Suicide’ Bombing is Latest Tactic Against Patrols”, *The Times*, 30 de Abril de 2009, (em <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/uk/article6194874.ece>).

¹¹⁴ Jason Burke, “New peril for British troops in Afghanistan: Taliban have learned modern warfare”, *The Guardian*, 11 de Julho de 2009 (em <http://www.guardian.co.uk/world/2009/jul/11/taliban-tactics-analysis>).

¹¹⁵ Walter Pincus, “Afghan Roadside Bombs a New Priority for US”, *The Washington Post*, 15 de Novembro de 2009, (em <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2009/11/14/AR2009111402437.html>).

IEDs), no Iraque baseiam-se principalmente em granadas de artilharia e são accionados electronicamente, enquanto no Afeganistão, são feitos principalmente com fertilizantes, tais como nitrato de amónio, e minas a funcionar como detonadores.¹¹⁶

Esta vasta experiência de luta de guerrilha contra diversos inimigos, ao longo de mais de 25 anos, permitiu aos movimentos *jihadistas* elaborarem um importante acervo doutrinário sobre a guerrilha *jihadista*, com as suas lições aprendidas (*lessons learned*) bem como, da recolha de técnicas e táticas, extraídas dos diversos manuais das forças especiais dos exércitos, norte-americano e britânico, que as adaptaram às características idiossincráticas dos operacionais destes grupos *jihadistas*, e que Michael Scheuer descreve da seguinte forma:¹¹⁷

- Unidades de combate pequenas e flexíveis, entre 6 a 10 elementos, bem equipadas e armadas, com grande mobilidade e capacidade para desempenharem uma vasta gama de missões, tais como acções de reconhecimento, emboscadas, ataques de surpresa a pequenas bases, raptos e, simultaneamente, serem um alvo relativamente pequeno e pouco remunerador;¹¹⁸
- Utilização de armamento facilmente disponível e de custo reduzido, principalmente de fabrico russo ou de países que pertenceram ao Pacto de Varsóvia, destacando-se a espingarda automática Kalashnikov AK-47, a arma por excelência de guerrilheiros e terroristas. Como medida de segurança, os manuais recomendam que cada equipa de combate possua vários pequenos depósitos de armamento, distribuídos pela sua área de operações;
- A doutrina tática da Al-Qaeda refere que numa subversão as principais táticas de combate são as emboscadas, as armadilhas com minas e engenhos explosivos improvisados, assim como ataques contra bases militares, usando morteiros ou granadas-foguete (*rockets*);
- Os manuais *jihadistas* recomendam também outras medidas, como uma enorme paciência,¹¹⁹ porque a sua estratégia baseia-se numa guerra prolongada de desgaste e de atrito, e por outro lado, evitar, sempre que possível, que as acções armadas realizadas produzam baixas entre os civis, porque o apoio, activo ou passivo, da população é fundamental para terem sucesso, o que não é o caso da Al-Qaeda e dos seus filiados.

7.1. Os Serviços de Informações Paquistaneses e os Taliban

Os serviços de informações paquistaneses são acusados de terem uma política oficial de apoio aos taliban. Esta alegação já não é nova, mas a escala sim: um relatório¹²⁰ publicado pela *London School of Economics* afirma que os poderosos

¹¹⁶ *Ibid.*

¹¹⁷ Michael Scheuer. "Al-Qaeda's tactical doctrine for the long war", *Terrorism Focus*, Vol. 3, n.º 10, (em http://www.jamestown.org/programs/qta/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=704&tx_ttnews%5BbackPid%5D=239&no_cache=1) e IBÁÑEZ, Luís de la Corte e JORDAN, Javier. *La Yihad Terrorista*, Madrid, Editorial Síntesis, 2007, pp. 213-215.

¹¹⁸ Um comando do Lashkar-e-Taiba, composto por 10 operacionais, realizou uma operação com grande sucesso que paralisou Bombaim (Mumbai) entre 26 e 29 de Novembro de 2008, fazendo 173 mortos. Para mais informação sobre este atentado e o seu *modus operandi*, cf. Faria, José Augusto do Vale. 2010. *Atentados em Bombaim. Lições a retirar do novo modus operandi jihadista*. Pela Lei & pela Grei, Revista da Guarda Nacional Republicana, n.º 85, 86, 87 e 88. Este trabalho foi inicialmente publicado no site do Jornal Defesa e Relações Internacionais, em 25/04/2008, disponível em http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=696.

¹¹⁹ Segundo Antonio Elorza, quer "para o Profeta Maomé como para José Estaline, a paciência constituía uma virtude revolucionária", e actualmente, "a Al-Qaeda prossegue rigorosamente este critério" (Elorza 2005).

¹²⁰ WALDMAN, Matt, "The Sun in the Sky: The Relationship Between Pakistan's ISI and Afghan Insurgents", *Discussion Paper*, n.º 18, 2ª Série, London School of Economics, Junho de 2010, (em <http://www.crisisstates.com/download/dp/DP%2018.pdf>).

serviços secretos paquistaneses (Inter-Services Intelligence, daqui em diante ISI) dão verbas e treino aos taliban numa “política oficial” de apoio, com aprovação “ao mais alto nível do Governo civil do Paquistão”. Elementos do ISI terão participado em reuniões do conselho supremo taliban, e há relatos de uma visita do Presidente paquistanês, Asif Ali Zardari, a detidos taliban para lhes prometer apoio, contudo Islamabad nega as acusações e uma porta-voz de Zardari classificou as alegações como “absolutamente falsas”, referindo “parece haver um esforço concentrado para tentar dificultar o novo diálogo estratégico entre o Paquistão e os EUA”.¹²¹

Esta questão é muito delicada porque o Paquistão foi considerado um dos aliados-chave dos EUA na guerra ao terrorismo pela Administração Bush e, é considerado essencial para a acção americana no Afeganistão, contudo, o país “parece estar a fazer um jogo duplo de magnitude espantosa”, refere este relatório, que se baseou em entrevistas com nove comandantes taliban e responsáveis dos serviços de informações, afegãos e ocidentais, sob anonimato. Um comandante taliban afirmou que os seus homens recebem 120 dólares por mês do Paquistão e outros tinham as despesas familiares pagas pelo ISI. Outro descreveu que um responsável do ISI o ajudou a fazer carros-bomba e coletes com explosivos para atentados suicidas.¹²²

O relatório surge após uma das semanas mais mortíferas para as tropas da OTAN no país, com mais de 30 mortos e “sem uma mudança no comportamento paquistanês será difícil, ou impossível, para as forças internacionais e o Governo afegão fazer progressos contra a insurreição”. Recorde-se que o ISI começou a apoiar os taliban afegãos depois da invasão soviética de 1979 e, depois de 2001, o Paquistão transformou-se no aliado-chave dos EUA, recebendo verbas milionárias em troca da ajuda na luta contra a Al-Qaeda. Ainda assim, em Março de 2009, o chefe do Estado-Maior Interarmas, Mike Mullen, e o comandante do comando dos EUA no Afeganistão, David Petraeus, afirmaram que elementos do ISI apoiavam os taliban.¹²³

Nesta região, também designada Al-Qaedaístão¹²⁴, Loureiro dos Santos refere que não foram apenas os taliban a dificultar a vida a McChrystal. Aparentemente, a liderança paquistanesa, receosa da penetração da Índia no Afeganistão através das etnias do Norte cercando o Paquistão por noroeste, persiste nas ligações e apoio aos taliban afegãos, enquanto tenta esmagar os seus próprios taliban. Nesta perspectiva, tem como objectivos estratégicos um Afeganistão dominado pelos taliban seus aliados e protegidos, que poderão fazer frente aos uzbeques e tajiques, eventuais pontas de lança indianos e funcionar como “arma” de longo alcance para actuar no interior do subcontinente em atentados demolidores, no caso do seu grande vizinho oriental desencadear operações ofensivas a propósito de Caxemira.¹²⁵

7.2. O Recrutamento de Mulheres Suicidas

O teatro de operações iraquiano foi considerado por muitos analistas como um verdadeiro campo de formação e preparação de “terroristas” ou “jihadistas” e alguns até o designaram como uma “universidade de terrorismo”.¹²⁶

¹²¹ Maria João Guimarães, “Serviços Secretos Paquistaneses têm uma Política Oficial de Apoio aos Taliban”, *Público*, 14 de Junho de 2010, p. 14.

¹²² *Ibid.*

¹²³ *Ibid.*

¹²⁴ Cf. SANTOS, Loureiro dos, *As Guerras que já aí Estão e as que nos Esperam: se os políticos não mudarem*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2009, p. 215.

¹²⁵ José Loureiro dos Santos, “Sem condições para atingir os objectivos?”, *Público*, 18 de Junho 2010, p. 46.

¹²⁶ El Confidencial Digital, “Irak se ha Convertido en el Laboratorio de Pruebas Terroristas que “Exporta” Al Qaeda: Bombas Radioactivas y Explosivos Caseros con Cloro”, 24 de Abril de 2007, (em <http://www.elconfidencialdigital.com/Articulo.aspx?IdObjeto=11572>).

Neste sentido vamos descrever algumas táticas e *modus operandi* utilizados pelos grupos insurgentes, com ligação à Al-Qaeda, e que porventura poderão ser “exportados” e utilizados no teatro afegão.

No Iraque, a tendência de terrorismo suicida é imprevisível e sem precedentes. A Al-Qaeda no Iraque aumentou os seus esforços no recrutamento de mulheres muçulmanas, para apoiar as suas operações e o seu objectivo estratégico no país. Desde a invasão do Iraque, em Março de 2003, o ritmo a que as mulheres são escolhidas para operações de martírio é alarmante, chegando a representar uma taxa aproximada de trinta por cento.¹²⁷

Responsáveis norte-americanos suspeitam que a Al-Qaeda desenvolveu uma rede de células, para recrutar mulheres e as transformar em assassinas, pois constituem uma arma perfeita, num país onde existem normas tradicionais, culturais e religiosas que desautorizam e censuram, um homem aproximar-se de uma mulher, sem a companhia do marido ou do pai, e muito menos efectuar uma revista pessoal de segurança, o que lhes permite a aproximação, relativamente fácil, aos objectivos, nomeadamente os postos de controlo (*checkpoints*), que são os alvos preferidos dos bombistas suicidas.¹²⁸

Além disso, é extraordinariamente fácil, esconder armamento ou um colete repleto de explosivos, no interior da *abaya* (a túnica tradicional, preta e longa, usada pelas mulheres em países árabes), sem despertar qualquer suspeita e, com maior probabilidade de êxito.¹²⁹ Esta realidade cada vez mais acentuada, numa sociedade, em que os homens são cada vez mais, presos ou mortos, pelo seu envolvimento em actividades terroristas, é a “invisibilidade” da mulher bombista que constitui uma grande preocupação para a segurança. O anonimato da bombista suicida protege a sua identidade pessoal e, disfarça o terror dos grupos, a localização, a filiação, e as actividades. Porque é um actor não estatal e invisível, a mulher apoiante do terrorismo, dificulta o trabalho dos investigadores dos serviços de segurança, em desenvolver e traçar um perfil dos terroristas suicidas.¹³⁰

Esta ameaça é bem ilustrada, por este exemplo: uma mulher que simulava estar grávida caminhou até um hospital, numa das mais perigosas regiões do Iraque e fez-se explodir. Minutos mais tarde um homem, também carregado com explosivos, efectuou outra operação de martírio, contra os membros das equipas médicas e de socorro que se haviam deslocado para o local, na província de Diyala, a norte de Bagdad. Trinta e duas pessoas foram mortas e cinquenta e duas foram feridas. O ataque coordenado dos bombistas suicidas que eclodiram na cidade de Baladruz, em Maio, foram um dos doze ataques bombistas suicidas, envolvendo treze mulheres, no ataque a Diyala, representando uma nova tática dos terroristas da Al-Qaeda na Mesopotâmia.¹³¹

Um capitão das forças especiais dos EUA, estacionado em Diyala, disse que a Al-Qaeda é “muito adaptável”, utilizando “qualquer facto ou acontecimento favorável para a organização, tais como, explorar acontecimentos e incidentes políticos, culturais ou religiosos, inerentes às restrições que tem a coligação”, como no passado recente, utilizando mesquitas, para a realização de reuniões e esconderijo de armamento, sabendo que os militares da coligação, não entram em edifícios religiosos. Segundo o capitão Matthew Shown, oficial de informações (*intelligence*) do “Esquadrão Sabre” – 2º Esquadrão do 3º Regimento Blindado de Cavalaria, aquartelado no sudeste de Diyala, a Al-Qaeda emprega uma variedade de táticas no recrutamento de mulheres, para se tornarem bombistas suicidas:¹³²

¹²⁷ ALI, Farhana, “Rising Female Bombers in Iraq: An Alarming Trend”, *Counterterrorism Blog*, 22 de Abril de 2008, (em <http://counterterrorismblog.org/mt/pings.cgi/5110>).

¹²⁸ ALI, Farhana, op. cit.

¹²⁹ *Ibid.*

¹³⁰ *Ibid.*

¹³¹ Deborah Haynes, “Love, Blackmail and Rape: How al-Qaeda Grooms Women as ‘Perfect Weapons’”, *The Times*, Londres, 30 de Julho de 2008, (em <http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/iraq/article4426139.ece>).

¹³² *Ibid.*

- Algumas são presas fáceis porque os seus maridos ou filhos, foram mortos ou detidos, por forças norte-americanas;
- Outro método, é um membro da Al-Qaeda casar com uma mulher e, depois, ela ser desonrada de alguma forma, como por exemplo, “deixar” alguém violá-la, porquanto este facto não deixa qualquer alternativa à mulher, excepto lavar a sua honra, pondo termo à sua vida, através de uma operação de martírio;
- Também existem relatos de mulheres, a quem lhes foi comunicado que o seu marido ou filhos seriam mortos, a menos que concordassem em tornarem-se bombistas suicidas. Esta situação veio colocar uma nova ameaça às forças da coligação, porquanto existem poucos elementos do sexo feminino, nas Forças Armadas e de Segurança iraquianas, devido a factores ideossincráticos e culturais, contudo, esta ameaça parece estar a mudar as atitudes, constituindo um factor valioso para a actuação das forças iraquianas e norte-americanas que enfrentam a ameaça de ataques suicidas do sexo feminino, em Diyala e em todo o teatro de operações.

Os ataques das bombistas suicidas no Iraque, foram uma inovação com a marca da Al-Qaeda, creditada a Abu Musab al-Zarqawi, o primeiro jihadista salafista, a reconhecer a utilidade táctica da mulher e a enorme vantagem para garantir a sobrevivência dos grupos terroristas.¹³³ Para além da utilização de mulheres suicidas, a insurgência iraquiana também recorreu à utilização de crianças deficientes para a execução de atentados suicidas.¹³⁴

Continuando pelo mesmo prisma de análise da utilização táctica de mulheres em atentados suicidas, abordaremos em síntese o *modus operandi* dos Tigres de Libertação do Tamil Eelam (daqui em diante LTTE), os líderes mundiais de atentados suicidas e que constituíam um grupo secular separatista e adepto dos ideais marxistas-leninistas que lutam pela criação de um estado Tamil na zona Norte e Este do Sri Lanka (antigo Ceilão), mas que sofreram recentemente uma grande derrota militar¹³⁵. Eram considerados a mais brutal e cruel organização terrorista do mundo, fazendo uso da força letal de forma indiscriminada. Entre Julho de 1987 e Fevereiro de 2000, os Tigres Negros (“Black Tigers”), unidade de comando suicida do LTTE, cometeram 168 ataques suicidas no Sri Lanka e na Índia, provocando a morte e ferimentos graves a milhares de inocentes, o que faz com que tal grupo terrorista lidere, não só a nível numérico como também em termos de volume, a lista de operações suicidas até agora efectuadas.¹³⁶

A quantidade de tais operações não constitui, só por si, o principal factor da gradual proeminência da organização como actor internacional. Aliado àquele factor destaca-se o facto de 30 por cento dos atentados suicidas perpetrados pelo LTTE terem sido conduzidos por mulheres, mais conhecidas por Tigresas Negras (“Black Tigresses” ou “Freedom Birds”). Com a morte de milhares dos seus homólogos masculinos nas frentes de combate, um pouco depois do início da Guerra Civil do Sri Lanka, as mulheres do LTTE têm-se afirmado paulatinamente como a mais importante e perigosa arma do grupo separatista, capaz de provocar efeitos incrivelmente devastadores no seio da sociedade cingalesa. Estas voluntárias da morte eram programadas pelos independentistas tamil, como máquinas de alta precisão, em campos de treinos, situados em Wannai no Sri Lanka, onde eram submetidas a provas brutais, tais como esta adaptação do método de

¹³³ *Ibid.*

¹³⁴ EUROPA PRESS, “La ONU Denuncia que Al Qaeda Usa a Niños Discapacitados como 'Kamikazes' en Irak”, *El País*, 11 de Abril de 2007, (em http://www.elpais.com/articulo/internacional/ONU/denuncia/Qaeda/usa/ninos/discapacitados/kamikazes/Irak/elpepuint/20070411elpepuint_8/Tes).

¹³⁵ Jorge Almeida Fernandes, “Tristes Tigres: A Tragédia Tamil”, *Público*, P2, 03 de Maio de 2009, p. 12.

¹³⁶ SCHWEITZER, Yoram, “Suicide Terrorism: Development & Characteristics”, *International Institute for Counter-Terrorism*, 21 de Abril de 2000, (em <http://www.ict.org.il/apage/10729.php>).

*pompoar*¹³⁷, relatado por uma antiga operacional, "(...) habituavam aquelas que, como eu, não eram virgens a passar um dia com uma granada na vagina".¹³⁸

Uma característica fundamental, e única, do LTTE consistia no facto de cada membro do grupo trazer consigo, à volta do pescoço, uma cápsula de cianeto (o líder do LTTE propôs a ideia da cápsula de cianeto imediatamente depois de Sivakumaran, um militante tamil, em 1974 ingeriu cianeto e tornou-se o primeiro "mártir". Dez anos depois, Prabhakaran institucionalizou tal prática, mandando acrescentar uma cápsula de cianeto no equipamento de cada "tigre"), a qual era consumida pelo próprio, morrendo quase imediatamente, garantindo deste modo que não era capturado pelas autoridades. Quer isto dizer que os Tigres Tamil recorrem a esta prática com o intuito de não serem revelados os segredos da organização.¹³⁹

Ao contrário do que se verifica com algumas organizações terroristas, nomeadamente, o Hezbollah e o Hamas, e à semelhança do PKK, os ataques suicidas, protagonizados por homens e mulheres do LTTE são motivados, única e exclusivamente, por factores etno-nacionalistas – o nacionalismo tamil. Os factores religiosos são irrelevantes neste contexto dado a postura anti-religião adoptada pelos guerrilheiros tamil, embora estes sejam descendentes de famílias hindus, ao contrário da população de etnia cingalesa, predominantemente budista.¹⁴⁰

8. Conclusão

Como remate final para este trabalho recorremos a Hervé Coutau-Bégarie, que questiona se é possível encontrar uma linha comum entre os casos do Iraque e do Afeganistão, da guerra no sul do Líbano em 2006, ou das crises e guerras em África. Alguns autores vêem o surgimento de novas guerras, sem paralelo no passado, tanto nos objectivos como nos meios.

No entanto, o fanatismo religioso e o recurso ao terrorismo e à guerrilha não têm nada de especificamente moderno.

A novidade, se há alguma, será mais a inserção de fenómenos arcaicos na tão propalada globalização que os difunde e exponencia. Os combatentes irregulares são agora capazes de colocar em funcionamento os procedimentos mais modernos, tanto do ponto de vista técnico (a *tecno-guerrilha* do Hezbollah no Líbano, em 2006, constitui provavelmente a prefiguração de um modelo que se irá difundir) como do ponto de vista psicológico, principalmente com a utilização dos órgãos de comunicação social por insurgentes, guerrilheiros ou terroristas (os taliban fizeram-no, habilmente, no Afeganistão, após uma emboscada em Uzbini, em Agosto de 2008). Mas, simultaneamente, estes combatentes irregulares têm mantido a rusticidade, a resistência e o sentido de sacrifício que as sociedades desenvolvidas em grande parte perderam.¹⁴¹

Este autor diz ainda que nos devemos acostumar com a ideia, senão de guerra sem fim, pelo menos de crises ou de guerras permanentes que não encontram o seu desfecho sem um esforço contínuo, que não está à mercê de um pequeno incidente mediático.¹⁴²

¹³⁷ A palavra pompoar é originária do tamil, ou tâmul, idioma do Sri Lanka e sul da Índia, onde surgiu esta técnica há milhares de anos e no idioma local escreve-se 'pâmpohur'. Esta técnica consiste no controlo mental da mulher sobre a sua musculatura circunvaginal, ou seja, a contracção voluntária do pubococcígeo, músculo principal da região vaginal, pelo que a mulher que domina a técnica fica com a musculatura da vagina forte, *in* PATTY, "O Pompoarismo: Da Teoria à Prática" (em <http://www.scribd.com/doc/7214406/Patty-Pompoarismo-Teoria-e-Pratica>).

¹³⁸ Cf. LÉVY, Bernard-Henri, Reflexões sobre a Guerra, o Mal e o Fim da História, Lisboa, Editorial Notícias, 1ª edição, Setembro de 2002, p. 39.

¹³⁹ GOMES, Daniela Siqueira, "O Terrorismo Suicida Feminino: o caso dos Tigres Tamil", *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 07 de Fevereiro de 2008, (em http://www.jornaldefesa.com.pt/noticias_v.asp?id=556).

¹⁴⁰ Para mais informação sobre o recrutamento e formação cf. LÉVY, Bernard-Henri, *op. cit.*, pp. 37 a 53.

¹⁴¹ COUTAU-BÉGARIE, Hervé, "Quelle Strategie pour le XXI^e Siècle?", *Nação e Defesa*, 4ª série, nº 125, Primavera 2010, pp. 29-30.

¹⁴² *Ibid.*

Relativamente à intervenção da ISAF/NATO no Afeganistão, podemos referir que ao longo da História, as campanhas contraterroristas mais bem-sucedidas, dependeram da presença de forças combatentes para recolha de *intelligence* tática crítica, através da interacção diária com a população civil autóctone. Esta actuação foi fundamental para o sucesso alcançado por David Galula e os seus homens na Argélia, há cerca de cinquenta anos atrás e, foi também, a forma como os militares britânicos enfraqueceram o IRA na Irlanda do Norte a partir de 1985, após dezasseis anos de informações inadequadas e imensa frustração.¹⁴³

Contudo, o teatro de operações afegão constitui uma árdua e complexa tarefa, tendo em consideração os *caveats* inerentes aos contingentes da NATO, a sociedade e as idiossincrasias afegãs, conjugado com as dificuldades de empenhamento do exército e da polícia afegã. Como descrito na doutrina tradicional, os autóctones são os melhores instrumentos da luta contra-subversiva, mas têm de ser empregues de modo adequado.¹⁴⁴

Apesar da utilização de veículos aéreos não tripulados (vulgo *drones*), apoiados por forças de operações especiais, principalmente no Paquistão, ser um apelo inegável, que perpetua o equívoco e a ilusão de que a Al-Qaeda e os seus aliados *jihadistas* locais, principalmente os taliban, podem ser derrotados apenas por meios militares, Hoffman sugere que o sucesso exige que se mantenha a pressão e continue sistematicamente a destruir e enfraquecer as capacidades do inimigo, eliminando e capturando comandantes e operacionais da Al-Qaeda e dos taliban, assim como uma estratégia mais ampla e integrada de contra-insurgência para o Afeganistão, defendida pelo General McChrystal, que visa ter efeito a longo prazo, alterando o ambiente no Afeganistão através de uma abordagem centrada na população, juntamente com operações de informação eficazes para combater a campanha de propaganda da Al-Qaeda e dos seus aliados locais.¹⁴⁵

E terá sido neste contexto que a administração Obama se decidiu por uma estratégia de preparação da retirada do Afeganistão, criando um ambiente favorável a negociações com os taliban sobre o fim das operações, o que exigiu um reforço substancial de efectivos, mas talvez permita concretizar a retirada das forças a partir de 2014.¹⁴⁶

Brzezinski aplicando conceitos de geopolítica aos tempos modernos, concluiu que sendo a Eurásia o maior continente do mundo e o eixo geopolítico axial deste tempo, quem dominar esta região, domina o mundo.¹⁴⁷

Como a Eurásia concentra 75% da população mundial, 60% do produto interno bruto do planeta e 75% dos seus recursos energéticos, Brzezinski considera que perante este cenário geoestratégico, os EUA não podem ficar isolados geograficamente em relação a este centro vital e, como potência hegemónica, o domínio da Eurásia é imprescindível para reforçar a sua primazia global.¹⁴⁸

Nesta perspectiva, para Costa Silva, as intervenções dos EUA no Afeganistão e no Iraque, independentemente doutros pretextos conjunturais legítimos ou questionáveis, são uma resposta a este dilema e considera que o confronto entre os EUA e a China pelo domínio das fontes energéticas e da Eurásia já começou, e vai condicionar o equilíbrio de poder neste século.¹⁴⁹

Recentemente, e a reiterar a importância das análises de Brzezinski e Costa Silva, foi tornada pública a descoberta por um grupo de geólogos norte-americanos e de oficiais do Pentágono, de grandes reservas inexploradas de minerais, tais

¹⁴³ HOFFMAN, Bruce, "How to Win Afghanistan", *The National Interest*, 10 de Agosto de 2009, (em <http://www.nationalinterest.org/Article.aspx?id=22272>).

¹⁴⁴ BRANCO, Carlos Martins, "A Nova Estratégia Americana para o Afeganistão e a Manobra Contra-subversiva. Continuidade ou Mudança", *Nação e Defesa*, 4ª série, nº 124, Outono-Inverno 2009, p.253.

¹⁴⁵ HOFFMAN, Bruce, "How to Win Afghanistan", *The National Interest*, 10 de Agosto de 2009, (em <http://www.nationalinterest.org/Article.aspx?id=22272>).

¹⁴⁶ José Loureiro dos Santos, *op. cit.*

¹⁴⁷ BRZEZINSKI, Zbigniew, *The Grand chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperative*, Nova Iorque, Basic Books. 1997, pp. 31-36.

¹⁴⁸ *Ibid.*

¹⁴⁹ SILVA, António Costa, "A Luta pelo Petróleo", *Relações Internacionais*, n.º 6, Junho 2005, p. 15.

como, ferro, ouro, nióbio, cobalto e especialmente de cobre e de lítio, no valor de 908 mil milhões de dólares (742 mil milhões de euros), podendo o Afeganistão tornar-se num dos maiores extractores de minerais do mundo. Esta investigação avançou com base em informações que remontam à presença soviética no país, conforme noticiou o jornal norte-americano *The New York Times*.¹⁵⁰

Com esta descoberta, o Afeganistão poderá tornar-se na "Arábia Saudita do lítio", segundo uma nota do Pentágono citada pelo diário de Nova Iorque, porque o lítio é um dos componentes usados nas baterias de computadores portáteis e de telemóveis. Esta notícia, a confirmar-se, pode ser a galinha dos ovos de ouro do Afeganistão, mas também pode ser, um prenúncio para mais derramamento de sangue.

Last but not least reflectimos sobre a singularidade do empenhamento internacional no Afeganistão onde, pela primeira vez na história, a luta contra uma subversão é dirigida por uma organização internacional e não por um Estado, situação que é responsável por impasses extremamente difíceis de resolver. No entanto, esta questão ainda não foi identificada como problema, apesar de existir o reconhecimento dos efeitos, ou seja, a impossibilidade endêmica de coordenar, apesar de disfarçada por discursos apaziguadores - mas não há ainda a compreensão das causas.¹⁵¹

A Aliança Atlântica ao assumir o desafio do Afeganistão enquanto a sua primeira missão fora de área, procurou demonstrar o seu grau de adaptação aos novos desafios e requisitos de segurança do séc. XXI. Constituindo este país uma frente de importância vital para o combate ao terrorismo internacional, bem como, ao tráfico de substâncias estupefacientes e ao extremismo islâmico, a liderança da missão da ISAF apresenta-se como um teste à transformação da OTAN no contexto pós-Guerra Fria e de conflitualidade progressivamente assimétrica ou irregular. Acrescente-se que o terrorismo passou a ser uma das prioridades da OTAN, pelo que o sucesso na campanha afegã se revela fundamental para definir o futuro campo de intervenção, seja na natureza das operações conjuntas, seja na sua localização geográfica.¹⁵²

Também consideramos que sendo esta operação crucial para a *raison d'être* da Aliança Atlântica no século XXI, será porventura excessivo afirmar que um insucesso no Afeganistão, signifique o fim da organização, mas funcionará certamente, como condicionante do processo de resolução dos dilemas endógenos desta organização internacional, assim como, condicionará a escolha dos potenciais cenários de intervenção no panorama de conflitos fora de área.¹⁵³

BIBLIOGRAFIA

Livros

BRZEZINSKI, Zbigniew, *The Grand chessboard: American Primacy and its Geostrategic Imperative*, Nova Iorque, Basic Books, 1997.

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro, *Metodologia da Investigação. Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.

COOPER, Robert, *Ordem e Caos no século XXI*, Lisboa, Editorial Presença, 2006.

IBÁÑEZ, Luís de la Corte e JORDAN, Javier, *La Yihad Terrorista*, Madrid, Editorial Síntesis, 2007.

LÉVY, Bernard-Henri, *Reflexões sobre a Guerra, o Mal e o Fim da História*, Lisboa, Editorial Notícias, Setembro de 2002.

LOPES, Margarida Santos, *Dicionário do Islão*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

¹⁵⁰ Cláudia Sobral, "O Afeganistão pode tornar-se na "Arábia Saudita do lítio". E isso é uma boa notícia?", *Público*, 15 de Junho de 2010, p. 22; e RISEN, James, "U.S. Identifies Vast Mineral Riches in Afghanistan", *The New York Times*, 13 de Junho de 2010, (em <http://www.nytimes.com/2010/06/14/world/asia/14minerals.html?src=me&ref=general>).

¹⁵¹ BRANCO, Carlos Martins, *op. cit.*, pp. 255-256.

¹⁵² PINTO, Maria do Céu, "Uma Avaliação da Missão da NATO no Afeganistão", *Nação e Defesa*, 4ª série, n.º 124, Outono-Inverno de 2009, pp. 215-216.

¹⁵³ *Ibid*, p. 216.

SANTOS, Loureiro dos, *As Guerras que já aí Estão e as que nos Esperam: se os Políticos não Mudarem*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2009.

SMITH, Rupert, *A Utilidade da Força: A Arte da Guerra no Mundo Moderno*, Lisboa, Edições 70, 2008.

ZAHAB, Mariam Abou e ROY, Olivier, *Islamist Networks: The Afghan-Pakistan Connection*, Nova Iorque, Columbia University Press, 2004.

Artigos de Revistas

BRANCO, Carlos Martins, "A NATO no Afeganistão e os Desafios de uma Organização Internacional na Contra-subversão", *Cadernos do Instituto de Defesa Nacional*, n.º 1, II Série, Dezembro de 2008.

BRANCO, Carlos Martins, "A Nova Estratégia Americana para o Afeganistão e a Manobra Contra-subversiva. Continuidade ou Mudança", *Nação e Defesa*, 4ª série, nº 124, Outono-Inverno 2009.

CALHA, Júlio Miranda, "A Aliança Atlântica, a Comunidade Internacional e o Novo Conceito Estratégico da NATO", *Nação e Defesa*, 4ª série, nº 123, Verão 2009.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé, "Quelle Strategie pour le XXI^e Siècle?", *Nação e Defesa*, 4ª série, nº 125, Primavera 2010.

PINTO, Maria do Céu, "Uma Avaliação da Missão da NATO no Afeganistão", *Nação e Defesa*, 4ª série, nº 124, Outono-Inverno de 2009.

SILVA, António Costa, "A Luta pelo Petróleo", *Relações Internacionais*, n.º 6, Junho 2005.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, "Portugal e a Aliança Atlântica: Conferência de Encerramento", *Nação e Defesa*, 4ª série, n.º 123, Verão de 2009.

TELO, António José, "Editorial", *Nação e Defesa*, 4ª série, nº 123, Verão 2009.

Webgrafia

ALI, Farhana, "Rising Female Bombers in Iraq: An Alarming Trend", Counterterrorism Blog, 22 de Abril de 2008, (<http://counterterrorismblog.org/mt/pings.cgi/5110>).

GARCIA, Francisco Proença Garcia, "A NATO após a Cimeira do 60º aniversário", *Revista Militar*, n.º 2491/2492, Agosto-Setembro de 2009, (<http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=496>).

GANT, Jim, "One Tribe at a Time", Nine Sisters Imports, Inc., Los Angeles, California, 2009 (http://blog.stevenpressfield.com/wp-content/themes/stevenpressfield/one_tribe_at_a_time.pdf).

GOMES, Daniela Siqueira, "O Terrorismo Suicida Feminino: o caso dos Tigres Tamil", *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, 07 de Fevereiro de 2008, (http://www.jornaldefesa.com.pt/noticias_v.asp?id=556).

GURNEY, David H. e SMOTHERMAN, Jeffrey D., "An Interview With Eric T. Olson", *Joint Force Quarterly*, Issue 56, 1st quarter 2010, National Defense University Press, Fort Lesley J. McNair, Washington, D.C., (http://www.ndu.edu/inss/Press/jfq_pages/editions/i56/JFQ56.pdf).

HOFFMAN, Bruce, "How to Win Afghanistan", *The National Interest*, 10 de Agosto de 2009, (<http://www.nationalinterest.org/Article.aspx?id=22272>).

LAMB, Christina, "A Warning on Terror from Frontier Frank", *The Sunday Times*, 21 de Setembro de 2008, (<http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/asia/article4793398.ece>).

NATO PUBLIC DIPLOMACY DIVISION, "Nato Handbook", Bruxelas, Bélgica, 2006 (<http://www.nato.int/docu/handbook/2006/hb-en-2006.pdf>).

RODRIGUES, Alexandre Reis, "O Relatório Albright", *Jornal Defesa e Relações Internacionais*, 18 de Maio de 2010, (http://www.jornaldefesa.com.pt/noticias_v.asp?id=792).

Michael Scheuer, "Al-Qaeda's tactical doctrine for the long war", *Terrorism Focus*, Vol. 3, n.º 10, (http://www.jamestown.org/programs/gta/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=704&tx_ttnews%5BbackPid%5D=239&no_cache=1).

SCHWEITZER, Yoram, "Suicide Terrorism: Development & Characteristics", *International Institute for Counter-Terrorism*, 21 de Abril de 2000, (<http://www.ict.org.il/apage/10729.php>).

WALDMAN, Matt, "The Sun in the Sky: The Relationship Between Pakistan's ISI and Afghan Insurgents", *Discussion Paper*, n.º 18, 2ª Série, London School of Economics, Junho de 2010, (<http://www.crisisstates.com/download/dp/DP%2018.pdf>).

Jornais

El País

Público

The Guardian

The New York Times

The Telegraph

The Times, Londres

The Washington Post